

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO - UNISA**

Adriana de Moura Campos

Regina Marinho Brito

Vanda de Aguiar

**OS REAIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

São Paulo

2007

Adriana de Moura Campos

Regina Marinho Brito

Vanda de Aguiar

**OS REAIS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

**Monografia apresentada para
obtenção do título de bacharel em
Serviço Social à Faculdade de
Serviço Social da Universidade de
Santo Amaro, sob a orientação da
Professora Selma Amaral Silveira.**

São Paulo

2007

Os reais benefícios do Programa Bolsa Família.

Adriana de Moura Campos

Regina Marinho Brito

Vanda de Aguiar

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social à Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data de Aprovação: **13/12/2007**

BANCA EXAMINADORA

Doutora: Selma Amaral Silveira
Orientadora

Profa.: Marli Martins Galina
1ª Leitora

Profa.: Maria Norma de Oliveira B. P. da Silva
2ª Leitora

CONCEITO FINAL: _____

AGRADECIMENTOS

À professora Selma Amaral Siqueira, pela importante colaboração nas etapas deste trabalho. Aos professores que nos acompanharam durante os quatro anos, em especial à Giuseppina Rosaria de Grazia e o Antropólogo Acácio Sidnei de Almeida.

As nossas famílias e amigos pelo carinho e compreensão.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares, amigos e companheiros que, de alguma forma, contribuíram durante os anos de graduação e, principalmente, a todas as pessoas que doaram seu tempo e conhecimento pelo simples prazer em ajudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todas as vitórias alcançadas em minha vida.

Agradeço a minha mãe Julieta de Moura Campos por todo o seu amor, compreensão e aos ensinamentos que tornaram quem sou, ela é a responsável por iluminar a minha vida.

Ao meu pai Ailton dos Santos Campos, que apesar de estar longe me protege em suas orações.

Agradeço também , aos meus grandes amores, André e Wellington de Moura Campos, os meus maravilhosos irmãos, por todo amor e carinho que sempre me deram.

Em especial aos meus grandes e verdadeiros amigos: José Anchieta (Jucka), Sônia Moura e Natalia que sempre me incentivaram a não desistir do curso, estando presentes nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao Frei Davi (EDUCAFRO), que intermediou a minha bolsa de estudos.

A orientadora Selma Amaral, os meus mais sinceros agradecimentos por tudo.

Aos professores Acácio Sidnei Almeida, Giusepina (Pina) e Sônia Maria, pela grande contribuição na minha formação.

A minha supervisora de campo, Andréia Domingues, agradeço toda a sua colaboração em minha formação.

Agradeço as pessoas que mesmo sem saber contribuíram para a realização do meu grande sonho, a minha graduação: Eduardo, Raquel Marinho.

Agradeço a Regina Marinho Brito e Vanda de Aguiar, companheiras de TCC e amigas fiéis, pelos momentos de alegrias que me proporcionaram nos momentos mais críticos de nosso trabalho, e a família de ambas por todo apoio dado na elaboração de nosso trabalho.

Adriana de Moura Campos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, minhas irmãs, Raquel Marinho, Renata Marinho e Roberta Marinho, por dividirem seus conhecimentos e pela força, aos meus cunhados João e Eduardo, aos meus pais, Josemar Brito e em especial minha mãe Marina Marinho, por ser tão dedicada, preocupada e simples. Resumo minha mãe com um provérbio judeu: *“Deus não poderia estar em todos os lugares, por isso Ele criou as mães”*.

A Adriana de Moura e Vanda de Aguiar, companheiras de graduação pelo apoio no decorrer desses quatro anos. É muito gratificante saber que vocês compartilharam do mesmo sonho que eu.

Agradeço à Dona Julieta e André de Moura que me receberam sempre tão bem.

À Dona Maria de Aguiar, Dona Aparecida Claudino e Rafael Claudino, pois estiveram sempre de braços abertos a nos ajudar.

Aos meus amigos de trabalho Diana Carla, Michel Fernandes e Roberta Mendonça que me divertiram, apoiaram e entenderam-me nos momentos difíceis.

A todos beneficiários da EMEI Janete Clair que de alguma maneira participaram deste processo, agradeço por seus depoimentos e informações que deram vida ao trabalho.

Aos funcionários da EMEI Janete Clair, em especial, à Roberta Marinho por ter sido sempre tão gentil.

Agradeço à orientadora, Selma Amaral, pelo apoio e orientação.

Ao Web Designer Eduardo Pereira por sua simplicidade em dividir seus conhecimentos apenas pelo prazer de ajudar.

A eterna amiga Almirere que nos deixou uma valiosa lição de vida.

Aos amigos Aguirael dos Santos e Antônio Gonçalves (Tony), pois sempre acreditaram em meus sonhos e torceram para que, este em especial, se tornasse realidade.

Espero que todos encontrem aqui a expressão de minha gratidão.

Agradeço a Deus, por tudo.

Regina Marinho Brito

*"Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina."
Cora Coralina*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ser supremo Deus pela minha existência e por mais esse momento tão especial na minha vida. Agradeço a minha mãe Maria Celda P. de Aguiar, que é meu melhor exemplo e meu maior orgulho.

Agradeço aos meus irmãos, José Antonio. de Aguiar, Maria Helena de Aguiar e Roberto Carlos de Aguiar, que além de irmãos são meus melhores amigos.

Agradeço ao padre senhor Victor Ribeiro Nickesburg, Sr. Alvaci Alves Ramalho e Dna. Maria de Lurdes Ramalho, pelo exemplo de solidariedade, compaixão e pelo acolhimento de toda minha família no momento em nossas vidas quando tudo parecia perdido, que Deus os ilumine sempre.

Durante a trajetória da minha graduação recebi apoio de várias pessoas especiais e à vocês meu muito obrigada, sendo elas: Raquel M. Brito (Raquelzinha), Flávia V. Theodoro (Flavinha) e família, Marineide M. Macambira , Eduardo P. Silva , Thais Marighela, Ricardo Babour, Ricardo M. M. Tcholakian, Itamara A. Moreira, Tomi U. Llovet, Sra. Mariana M. Brito e família, Sra. Julieta de M. Campos e família, Profª Selma Amaral e a todo o corpo docente, que Deus os abençoe hoje e sempre.

Agradeço Rafael Claudino (Rafa), meu namorado, por ter sido meu porto seguro. Em alguns momentos desanimei e ele fez com que eu voltasse a acreditar e retomar minha jornada com mais garra que antes e não mediu esforços em me ajudar quando precisei. Agradeço também a sua família pelo apoio em especial sua mãe Maria Apda. Squisato.

Enfim, agradeço Adriana de Moura Campos (Drica) e Regina Marinho Brito (Re) minhas companheiras por essa nossa vitória. Juntas tivemos uma árdua trajetória que nos trouxe maturidade, conhecimento e nos mostrou que a vitória é o auge da conquista. Mas, quando compartilhada à três mostra que a diversidade nos proporciona não só mais uma vitória, mas que é possível criar, transformar e vencer em equipe de forma brilhante. A vocês todo meu carinho, respeito e meu muito obrigada.

Vanda de Aguiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – QUESTÃO SOCIAL	04
1 – Questão Social	05
1.2 - As manifestações da questão social	05
1.3 – Desigualdade e Exclusão Social	10
1.4 – Desqualificação social	17
CAPÍTULO II – PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	21
2 – Brasil, país em crise social	22
2.1 - Programas Sociais de Transferência de renda	23
2.2 – Programas Sociais Desenvolvidos no Brasil	24
2.3 – Bolsa Família: A luta contra a pobreza	28
2.4 – Os preconceitos ao programa	31
CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	34
3 - O Serviço Social e a Proteção Social no Brasil	35
3.1 – Proteção Social – Tripé da Seguridade	35
3.2 – Política Nacional de Assistência Social.....	36
3.3 – Direitos Regulamentados: recriando valores	39
3.4 – Assistência Social, Assistência e Assistencialismo	40
3.5 – O Serviço Social e a Assistência	44
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	46
Análise da Pesquisa	47
Conclusões da Análise	57
Considerações Finais	58
Anexos	60
Bibliografia	63

SIGLAS

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CADUNICO: Cadastro Único Para Programas Sociais

CEAS: Centro de Estudos e Ação Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

EMEI: Escola Municipal de Ensino Infantil

G7: Grupo das 7 potências mundiais: Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Japão.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social

MDS: Ministério de Desenvolvimento Social

MEC: Ministério da Educação

NAFTA: North American Free Trade Agreement (acordo norte-americano de Livre Comércio, sob a liderança dos Estados Unidos envolvendo Canadá e México).

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

PBF: Programa Bolsa Família

PEA: População Economicamente Ativa

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB: Produto Interno Bruto

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

UFF: Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Em nossa pesquisa avaliamos os reais benefícios do Programa Bolsa Família no que diz respeito à qualidade de vida das famílias beneficiárias, enfatizando a frequência escolar e a melhoria no consumo de alimentos.

Os resultados foram bastante significativos, como por exemplo, a alteração no consumo alimentar após o recebimento do benefício Bolsa Família.

A partir daí, reconhecemos que a realização desta pesquisa nos proporcionou uma visão mais ampla e crítica sobre o PBF e da importância dos programas sociais para o enfrentamento da pobreza.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, condenando à pobreza larga parcela de nossa população.

Nosso governo segue a linha neoliberal desde a década de 1990 (Fernando Collor de Melo), desde então a sociedade é desabonada pela elevação dos níveis de desigualdade social, de miséria, de desemprego, pela quebra de estatais e, sobretudo, a possível crise estrutural do processo de acumulação capitalista; crise esta camuflada sob a ideologia do ajuste econômico, ou seja, da estabilidade monetária e do equilíbrio orçamentário, isso tudo para o capitalismo agir livremente sem a interferência do Estado.

O governo posterior (Fernando Henrique Cardoso¹) apresentou projeto político-econômico voltado para a consolidação do neoliberalismo e globalização, os programas sociais foram omitidos e a sociedade passou a aguardar as reformas econômicas, colocando os problemas sociais em segundo plano. Porém, no seu primeiro mandato o caos social se ampliou, aumentando o desemprego devido às privatizações, aos salários baixos e exclusões sociais. Movimentos sociais ameaçaram esse primeiro mandato com as invasões dos “Sem Terra”, greves e protestos urbanos e rurais.

O governo assegurou a estabilidade do Real, mas devido à crises econômica nacional e internacional, a moeda começou a perder força. O desemprego acelerado e a miséria passaram a dominar a o país.

A partir do primeiro mandato do atual Presidente (Lula, 2002), as Políticas Sociais começaram a ganhar força e continuam até os dias atuais. A implantação das políticas públicas e emancipatórias se tornam necessárias em países como o Brasil, que receberam uma herança poderosa de problemas sociais resultantes da longuíssima duração de uma estrutura econômica baseada no trabalho escravo. Uma das marcas da sociedade brasileira, decorrente dos tempos coloniais e, em especial, dessa estrutura econômica

¹ Fernando Henrique Cardoso 1994-2000.

escravista, que se estendeu até fins do século XIX, é a aversão das classes dominantes ao trabalho e, mais especificamente, ao trabalho manual.

A fim de compreender o significado desta contrapartida na vida dos beneficiários e os reais benefícios definimos como eixos teóricos principais: a desigualdade social, questão social, desqualificação social e a construção de políticas públicas de transferência de renda destacando o início dos programas sociais, como as famílias beneficiadas se enquadram nas exigências do programa.

O acesso às Políticas Sociais é um instrumento de trabalho do Serviço Social. Nesta pesquisa avaliaremos a contribuição do Programa de transferência de renda Bolsa Família na vida dos beneficiários, bem como seu impacto sobre a melhoria financeira. Sabemos que a erradicação da pobreza e a redução dos níveis de desigualdade no Brasil são metas que dificilmente serão alcançadas dentro de um prazo curto sem que o Governo recorra a alternativas ou mecanismos de redistribuição. Os programas de transferência de renda são exemplos claros de alternativas ou “escapatórias”, pois existem há décadas e até já passaram por inovações (especialmente no final da década de 1990). Conforme pesquisa realizada o programa tem um impacto visível sobre a pobreza e é responsável por uma fração importante da queda da desigualdade de renda no Brasil entre 1995 e 2004².

Em nossa pesquisa propomos avaliar os reais benefícios do Programa Bolsa Família no que diz respeito a qualidade de vida das famílias beneficiárias, enfatizando a frequência escolar e a melhoria no consumo de alimentos. Para isso o beneficiário tem como contrapartida que comprovar a pobreza para receber tal benefício o que contradiz o princípio da universalidade presente na Constituição Federal de 1988.

A pesquisa foi realizada na EMEI Janete Clair, na região do Jardim Ângela, situada no Distrito do Jardim Ângela, envolvendo pais de alunos que

² Pnad2004 – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio.

freqüentam a escola e são auxiliados pontual ou regularmente pelos programas sociais (Bolsa Família).

Em nossa pesquisa abordamos o Programa “Bolsa Família” que é um programa de transferência condicional de renda, ou seja, os beneficiários recebem apoio financeiro do governo federal e, em troca, devem atender a algumas exigências, tais como: matricular e manter seus filhos nas escolas e vaciná-los.

Nosso objetivo foi investigar os reais benefícios do Programa Bolsa Família para as famílias beneficiadas da EMEI Janete Clair.

Conhecendo os critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Família para a inclusão dos usuários (pais e responsáveis) e conhecendo as condições das famílias dos alunos matriculados na EMEI Janete Clair, que recebem o Programa Bolsa Família.

Em nossa hipótese buscamos avaliar se o Programa Social Bolsa Família, por meio de suas propostas, consegue atingir seus objetivos, pois a transferência de renda (“dinheiro a mais”) permite que as famílias melhorem a qualidade de vida.

Nesse sentido, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, onde estão abordamos: I) Questão Social, II) Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda, III) O Serviço Social e a Proteção Social no Brasil, IV) Análise da Pesquisa de Campo.

CAPÍTULO I
QUESTÃO SOCIAL

1. QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo, lançaremos um breve olhar sobre o fenômeno da questão social atual, relacionada ao conceito de desqualificação social, discutindo o agravamento das desigualdades, com a ampliação dos segmentos populacionais excluídos e que recorrem às políticas sociais e serviços de complementação de renda gerando muitas vezes processos de segregação e estigmatização.

1.2 – AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social ocorreu na França em meados do século XIX, a partir das lutas operárias e da violenta repressão, em consequência disso do radical antagonismo entre o direito ao trabalho e o direito à propriedade.

Na Europa Ocidental (1830), a questão social surgiu em grande escala quando o pauperismo atingiu a população trabalhadora no contexto de emergência do capitalismo urbano-industrial. Nesse momento a pobreza não era resultado da escassez, mas sim fruto de uma sociedade que gerava riquezas e desigualdade.

A questão social é instalada no contexto de empobrecimento da classe trabalhadora, com o crescimento do capitalismo desde o século XIX, que gera um novo tipo de civilização, onde tudo pode se comprar e também tudo pode se vender.

Atualmente a questão social ainda não desapareceu, nem foi controlada, foi assumindo diferentes manifestações a partir da construção da história particular de cada sociedade.

O crescimento da questão social é consequência dentre outras, de desresponsabilização do poder público, que garante trânsito livre para o capital especulativo.

“O resultado desse processo tem sido o agravamento das desigualdades sociais e o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos da civilização, isto é, dos mercados, uma vez que não consegue transformar as suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam são a violência e a solidariedade”. (IAMAMOTO, 2005. p 97)

A questão social se expressa principalmente na precarização do trabalho, pelo desemprego, pela pobreza absoluta e relativa.

Na Europa a questão social está vinculada à questão operária, já na América Latina ela foi gerada de um modo diferente, em torno das questões indígenas nacionais, agrária, operária, gênero e etnia. Há também outras questões que estão contidas na questão social na América Latina: droga, narcotráfico, violência no campo e na cidade, epidemias históricas e atuais, trabalho infantil.

“A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos se chama uma nação) de existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”. (CASTEL, 1995, p. 18)

No Brasil, algumas mudanças ocorreram na questão social, houve a intervenção estatal no mundo do trabalho, através da política social trabalhista, com o surgimento das Leis Trabalhistas (1943); tenta se governar pela concordância.

A questão social fundante que se conserva vigente sob várias formas nesses 500 anos, do descobrimento do Brasil até os dias atuais, centra-se nas desigualdades e injustiças que imperam na estrutura social dos países latino-americanos, que são resultantes dos modos de produção e reprodução social no sistema capitalista.

A pobreza que vem se alastrando ao longo dos anos na América Latina é ocasionada pelo modo de como se desenvolve a globalização. Neste

contexto a questão social, vem contraindo novas modalidades, por causa da relação profunda entre o capital e o trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado e nas políticas sociais.

A pobreza no Brasil tem diversas manifestações, incluindo falta de recursos produtivos, falta de renda podendo gerar fome e desnutrição, falta de acesso a educação, saúde precária, discriminação e também exclusão social.

Efetivamente a pobreza é percebida pela questão social, e assumida por um setor da sociedade que se arrisca a torná-la pública, transformando-a em demanda política. Neste sentido pode-se aprender que ela se expressa de diferentes formas e as mudanças dependem da vontade política do seguimento que detêm o poder.

O atual contexto expressa grandes mudanças no movimento de produção e reprodução da vida social, ocasionando mudanças no mundo do trabalho, e novas estratégias de enfrentamento da questão, obtendo relevantes alterações nas relações público/privado.

A reprodução social se dá no cotidiano, compreendendo as representações das relações, reprodução da vida material e reprodução da vida espiritual. Supõe-se como essas relações são postas. A relação de classe social na sociedade capitalista, ocorre pelo capital, é através dele é que vai se relacionar.

Para se reproduzir a representação das relações sociais, tem que se reproduzir a vida material/concreta (responsável pelos costumes). Para poder reproduzir a vida espiritual tem que se reproduzir os costumes.

Também nesse contexto há uma nova concepção sobre sociedade civil, mais restrita e despolitizada, passando a ser sinônimo de 3º setor, ou seja, nem público, nem privado. Hoje se apresenta como funcional a ideologia neoliberal, fortalece-la significa enfraquecer e diminuir responsabilidades do Estado.

O serviço social é marcado por tais determinações; os efeitos da reforma do Estado são materializados na redução dos concursos públicos, demissão de funcionários não estáveis e na contenção de salário.

O assistente social irá atuar com a questão social em diversas áreas, pois ela se expressa: no trabalho, na família, na saúde, na assistência social pública que vai lidar com o problema social, lutando com a questão social, ou seja com o conjunto de problemas.

A questão social é tida como rebeldia porque envolve indivíduos que se rebelam, resistem ou se opõem contra ela. É apresentada com uma inovação se adequando as novas demandas.

“(...) aprender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam o futuro que está sendo germinado.” (IAMAMOTO, 1998, p. 28)

As transformações que vem ocorrendo desde do período pós guerra até os meados de 1970, teve como aspectos fundamentais, a expansão da economia capitalista, tendo a liderança do capital industrial, com bases nas produções em série e acumulação de capital fábricas taylorista e fordista que tinha obsessão pelo controle do tempo e uma sociedade de consumo capitalista.

O taylorismo teve como base sólida a divisão do trabalho, o funcionário só recebe se produz conforme o que lhe é determinado, visando uma programação maior de tempo voltado para o trabalho. O fordismo aplicou os princípios de Taylor³, induziu a esteira na linha de montagem, produção em série.

³ Frederick Winslow Taylor (1856-1915).

“Vive-se hoje uma terceira revolução industrial acompanhada por profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobranes, desnecessários”. (IAMAMOTO, 1998, p.33)

O fato é que não se tem mercado de trabalho para essa grande demanda que se apresenta, mesmo em países considerados desenvolvidos, a oferta de mão-de-obra é maior do que se pode absorver, e com isso o índice de desemprego vai se alastrando e prejudicando a reprodução da própria vida. O desemprego no Brasil é visto como consequência do avanço da tecnologia.

O projeto neoliberal surgiu para dar incentivo ao crescimento da economia capitalista, com o objetivo de deter a inflação, querendo recuperar o lucro, mas com isso o que ocorreu foi o crescimento do desemprego e da desigualdade social. A proposta neoliberal tem como meta apostar no mercado como grande esfera reguladora das relações econômicas.

A questão social ressalta a vivência da contradição entre capital e trabalho desvendando as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e também a luta pelos direitos da maioria da população ressalta como o homem resiste a subalternização, exclusão, a dominação política e econômica. Na análise da desigualdade social uma das formas de buscar superação dos problemas por ela gerados é o acesso aos programas de transferência de renda que possibilitam aos beneficiários uma melhoria na qualidade de vida.

Segundo Pochmann, o Brasil, nas últimas décadas, avançou mais na questão econômica do que na social, em função de três fatores básicos: falta de uma cultura democrática; falta de tradição; e padrões deficientes de políticas públicas⁴.

⁴ www.planejamento.gov.br: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entrevista em 21/10/2005.

Consideramos que, os programas brasileiros de transferência direta de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um tempo razoável.

1.3 – DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Huberman, após 1990, teve início a chamada “nova ordem internacional”. O fim da União Soviética, em dezembro de 1991 encerrou o período da Guerra Fria⁵. A partir de então, instaurou-se um novo mundo, baseado em novas relações econômicas e geopolíticas, que não mais trazia a marca anterior da divisão leste-oeste nem do antigo confronto entre o bloco capitalista e o bloco socialista. O que se via de novo era a plena hegemonia da ordem capitalista o que muitos chamaram de nova ordem internacional.

O capitalismo, desde a década de 60, baseia sua dinâmica produtiva na tecnologia de ponta, principalmente na microeletrônica – que envolve a computação, comunicação, robótica, a biotecnologia e a química fina. Essa etapa também ficou conhecida como Terceira Revolução Industrial, porque passou a exigir mais investimentos nas pesquisas e na implementação tecnológica – que passou a ser financiada por inúmeras empresas possuidoras de grande capital. Em contrapartida, essas grandes empresas exigiram grande retorno de investimento o que foi garantido pelos lucros obtidos nos mercados externos sem barreiras.

Na metade dos anos 90, as 500 primeiras empresas mais ricas controlavam 80% do comércio internacional, sendo que as dez maiores⁶ conseguiram faturar em um ano 1,4 trilhão de dólares, um valor equivalente à

⁵ Essa situação já tinha sido efetivada com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989 e foi ratificada pelos acontecimentos seguintes que puseram fim ao bloco socialista. (VICENTINO, História Geral, 1997).

⁶ Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumitomo, GM, Marubeni, Ford, Exxon, Nisshowai e Shell, segundo os balanços de 1994.

soma do PIB⁷ de países como o Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela⁸.

Nesse contexto de empresas gigantes, grande parte das pequenas e médias empresas tinham que obedecer às decisões das multinacionais, que praticamente obrigou-as a se adaptarem as suas decisões. Um exemplo claro disso foram as terceirizações e franquias. Para buscar o sucesso econômico, as unidades produtivas passaram a baixar os custos produtivos e se adequaram ao mercado, como prioridade.

Assim começou-se a transferir atividades de uma empresa para outra e contratar-se serviços de outra empresa para realizar uma atividade – a limpeza, ou a segurança, por exemplo, a terceirização -, em vez de realizá-la com seus próprios funcionários. Essas terceirizações mantêm-se fortes até os dias atuais.

Com o fim do socialismo, a globalização, além de estimular, formou alguns blocos econômicos, que são associações regionais (de países), a maioria surgiu nos anos 90. Citamos alguns desses blocos: o Nafta⁹ (North American Free Trade Agreement), a União Européia – tendo a economia alemã como a mais forte e o bloco do Pacífico, onde quem está à frente é o Japão. Em 1996, foi criada a OMC¹⁰ (Organização Mundial do Comércio) que quebrou as barreiras nacionais de comércio, ou seja, abriu caminho para o capitalismo agir livremente entre os continentes. Na América Latina, a tentativa de implantação de um bloco econômico foi fracassada, a chamada ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Começaram a surgir grupos dinâmicos e de maior força, como por exemplo, o G7 (Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Japão); nesse grupo estavam, em maior número, as empresas mais ricas mundialmente.

⁷ Produto Interno Bruto

⁸ Idem

⁹ Acordo norte-americano de Livre Comércio, sob a liderança dos Estados Unidos e envolvendo Canadá e México.

¹⁰ Sucessor do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Essa nova era econômica interviu até na forma de governo, o que fez prevalecer as regras do mercado e a aplicação de um “Estado Mínimo”, reduzindo o poder do Estado, especialmente com as privatizações.

O crescimento das privatizações e a crise do Estado, foram as condições favoráveis para implementação do neoliberalismo globalizado. Em relação a política mundial, o neoliberalismo tem adesões com Margareth Thatcher, primeira ministra do Reino Unido, nos Estados Unidos em 1980 com Ronald Reagan, e na Alemanha em 1982 com Helmut Kohl, em seguida foi irradiado por todo mundo.

A irradiação do neoliberalismo pelo mundo foi rápida, ganhou intensidade a venda¹¹ de empresas estatais por todos os países e a precarização dos Estados, que passaram a aceitar a lógica capitalista.

O Estado mínimo reduz os gastos públicos com saúde, educação, previdência social, habitação entre outras políticas sociais, o que significa o desmonte do estado de bem-estar social que para países subdesenvolvidos como no caso do Brasil, significa agravamento do quadro social, o acentuamento das desigualdades sociais, pobreza para muitos e riqueza para um número reduzido de pessoas.

Aumento da criminalidade, marginalidade e exclusão social são marcas do neoliberalismo. Populações uniram-se para manifestações contra os efeitos dessa política em diversos países. Citamos uma greve, em 1995 na França, que quase paralisou o país, as reivindicações eram contra a reforma da previdência social.

Por decorrência do uso de altas tecnologias produtivas (informática, robôs), o sucateamento de estatais, a terceirização de serviços, fez surgir uma outra questão que é a do desemprego. Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1994, cerca de 820 milhões de pessoas estavam

¹¹ Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) privatização ou desestatização é o processo e venda de empresas estatais ou pública dentre as quais podem constar prestadores de serviços essenciais ou empresas classificadas como estratégicas, e instituições pública, como a previdência social, à iniciativa privada .

desempregadas ou subempregadas, o que constituiu a pior crise global de emprego desde a crise de 1929.

É estranho pensar porque tudo isso aconteceu e nada se fez contra esse capitalismo selvagem e destruidor. Lembramos que, a época do capitalismo globalizado e em decorrência deste fenômeno, os movimentos sindicais e trabalhistas estavam fragilizados. Para a globalização isso foi a porta aberta para a escolha de mão-de-obra mais barata – em qualquer parte do mundo -, pois do seu lado está a grande oferta de trabalhadores.

Graças à tecnologia, o trabalho que antes era realizado por inúmeros funcionários (trabalho em massa), passou a ser feito com menos mão-de-obra e com mais rigor. Até a filiação de trabalhadores em sindicatos entrou em declínio, exemplo disso a OIT pesquisou, a filiação sindical de empregados do setor privado nos Estados Unidos, em 1950, era cerca de 30%, aproximou-se dos 10% em 1990.

O volume de trabalho ora conquistado por lutas trabalhistas, que impuseram leis diminuindo a jornada de trabalho individual e outros direitos sociais, não é aceitável vê-las diminuídas ou anuladas pelo capitalismo globalizado.

Em meio à globalização econômica e à política neoliberal, a nova ordem internacional impulsionou a criação de dois mundos dentro de um só - por exemplo, numa mesma rua podemos ver carros importados luxuosos de último modelos parado num semáforo onde há crianças pedindo esmola.

A globalização e a política neoliberal passaram a ter como suas características a dinamização produtiva e uma cada vez mais profunda desigualdade socioeconômica. Num contexto mundial, vemos de um lado, como líder do capitalismo, os três principais blocos econômicos (Nalpa, União Européia e bloco do pacífico), tomando conta de 60% de todas as trocas comerciais do planeta. De outro lado, vemos um mundo pobre, composto por países, que geralmente, estão situados no hemisfério sul, vivendo em crise econômica e produzindo um quadro social alarmante.

Segundo relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) de 1996, a riqueza de apenas 358 pessoas era superior à renda de 45% de toda a população do planeta.

“Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980, muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça. (...) O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica da nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas “economias de mercado desenvolvidas” não eram – ou ainda não eram – particularmente injustas na distribuição de sua renda.” (HOBSBAWN, 1995, p. 396)

O conjunto dos resultados estrutural e conjuntural da economia centralizada, sob a feição de um “capitalismo vitorioso e globalizado” (neoliberalismo), gera o agravamento da desigualdade e exclusão social.

O governo brasileiro segue a linha neoliberal desde a década de 1990 (Fernando Collor de Melo). Por consequência da adoção dessa ideologia na sociedade, vivenciamos deslizes democráticos, a falsa cidadania para todos e as dificuldades de universalizar para a população. Essas consequências se expressam pela elevação dos níveis de desigualdade social, pela precarização dos direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social¹², aumento da violência, agravamento da questão social¹³ – começou nos anos 80 e aprofundou-se na década de 1990 - pela quebra de

¹² O uso do termo parte do suposto que, embora a exclusão social expresse um conjunto de carecimentos materiais, culturais e morais, seus elementos constitutivos só são desvelados quando remetidos à análise no “coração mesmo dos processos de produção e da repartição das riquezas sociais”, como assinala Castel (1997, p. 46), e, nesse sentido, mantém estreita relação com os processos sociais responsáveis pela produção da questão social. (Serviço Social & Realidade, Franca, 15(1): 31-46, 2006).

¹³ Segundo Yamamoto (2003), diz respeito à sociedade de classes e é expressão das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação da riqueza socialmente produzida, articulando suas demandas ao Estado e patronato que, no enfrentamento da questão social, formulam políticas sociais.

estatais e, também, a possível crise estrutural do processo de acumulação capitalista.

Essa “crise” está camuflada sob a ideologia do ajuste econômico, ou seja, da estabilidade monetária e do equilíbrio orçamentário, isso tudo para o capitalismo agir livremente sem a interferência do Estado e sem que a população tenha noção do que esteja acontecendo.

A crise brasileira dos anos 80 difere-se da década de 1990, pois, segundo Motta (1995), pode ser considerada como expressão particular de um processo de proporções mais amplas que atinge o capitalismo contemporâneo e assume características peculiares no Brasil em função da sua integração subordinada à ordem internacional.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego comprovaram que, durante a década de 1990, o país acabou destruindo 3,2 milhões de empregos com carteira assinada.

Nesse mesmo período, avalia Pochmann, somente na cidade de São Paulo a escassez de emprego no setor industrial foi de 580 mil postos de trabalho, fato ainda mais agravado pelo fechamento de 4.000 estabelecimentos empresariais.

Apesar de essa ser uma das crises mais graves que o município já passou, não se torna novidade, já que a questão do desemprego afeta todo o Brasil desde 1990.

Segundo Pochmann (2006)¹⁴, o estado de São Paulo, ao longo do século XIX, e, sobretudo no século XX, foi considerado como figura emblemática de uma locomotiva, justamente por se constituir ainda nos dias de hoje na principal estrutura produtiva direcionada ao atendimento do mercado interno. Entretanto, tem passado pela mais grave crise de desenvolvimento do

¹⁴ Márcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e foi secretário de Desenvolvimento, Solidariedade e Trabalho da Prefeitura de São Paulo.

país desde 1840 quando se registraram sete décadas de estagnação, marcadas entre o final do ciclo do ouro e o início do cafeeiro¹⁵.

A necessidade de interferência de políticas públicas é urgente – uma vez que seguindo a linha neoliberal a reprodução da exclusão torna-se rotineira ou pior, incorpora-se ao cotidiano das pessoas de forma natural.

Os Programas Sociais nesse quadro, são de extrema importância. Imaginemos a situação de uma família sem renda e ainda sem auxílio do Governo, passando por precariedade e injustiça podem assim conviver.

Em meio às necessidades tão intensas, a assistência social deve atuar no âmbito federal, estadual e municipal para compensar as conseqüências dos processos de exclusão social determinados pelos modelos político e econômico praticado no país, agravados pela política neoliberal.

O Brasil do século XX, apesar de avançar e modernizar-se, nunca idealizou alcançar uma sociedade justa, onde houvesse cidadania plena. A industrialização¹⁶ surgiu, construiu uma nova economia, porém, não venceu a exclusão social. A incapacidade política do Estado de empreender as reformas civilizadoras do capitalismo (reforma agrária, tributária etc.) explica boa parte desse fracasso.

Assim, quando nos anos 1980 se abateu sobre o país a Crise da Dívida (externa) e o Brasil deixou de crescer, fechou-se a única porta por onde os sonhos de mobilidade social entravam em nossa vida. O quadro não seria melhor nos anos 1990, quando, apesar do controle inflacionário, as políticas econômicas neoliberais destruíram milhares de postos de trabalho e muitas empresas. Diante disso, a busca do desenvolvimento restringiu-se ao âmbito regional, impondo uma luta contra a maré da política econômica federal.

¹⁵ POCHMANN, São Paulo: realidade e perspectivas – efeitos do liberalismo tucano no estado, março/2006.

¹⁶ Segundo Skidmore (1975, p. 21) o marco da Industrialização no Brasil foi a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, que operou uma mudança decisiva no plano da política interna, afastando do poder do estado oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários-comerciais. Getúlio Vargas adotou uma política industrializante, regulamentando o mercado de trabalho urbano, limitando algumas importações e, mais tarde, dirigindo investimentos estatais para a indústria de base.

A temática de nossa pesquisa, relaciona-se ao papel dos serviços de proteção social, abordando os temas: desqualificação social, a questão social, pobreza, desigualdade social e as Políticas Públicas de inclusão e suas conseqüências. Existe uma grande quantidade de pesquisas e trabalhos voltados para a compreensão do fenômeno da desigualdade social, especialmente no campo das Políticas Sociais.

Privilegiaremos os trabalhos de Aldaíza Sposati, Márcio Pochmann e Serge Paugam, para fazer uma síntese das abordagens desenvolvidas. Do economista Pochmann sintetizaremos os elementos mais importantes da perspectiva da questão social que nos ajudarão a vislumbrar e compreender a completude dos programas sociais.

Estes autores analisam os estudos de desqualificação social e os programas de transferência de renda a partir da década de 90. Sposati e Pochmann coincidem quando afirmam que: a) a primeira característica refere-se à desqualificação social como forma de degradação do ser social; b) a segunda característica diz respeito da importância dos programas de transferências para mudança do quadro social.

A pobreza é apresentada como um fenômeno que atinge as sociedades contemporâneas. O enfrentamento ao ciclo da pobreza e da exclusão passa necessariamente pela redução da desigualdade sócio-econômica, através de políticas sociais e políticas econômicas. O Estado é responsável por essas políticas.

1.4 - DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

Para compreensão da questão social e exclusão social precisamos trabalhar as novas formas como elas se apresentam, neste sentido trabalharemos com Paugam que irá tratá-las como desqualificação social.

Segundo Paugam (2003), o aumento da desigualdade social e econômica leva a produção de segmentos excluídos do sistema produtivo que

recorrem aos programas sociais, passando a ser beneficiados por algum tipo de assistência social.

Na ótica brasileira, desqualificação social é compreendida como exclusão social e traz consigo os conceitos de colonizador e colonizado. Tem ainda a somatória do processo de escravidão, que fez dos negros e índios objetos manuseados pela elite dominante como sinônimo de riqueza.

No Brasil a discussão sobre a problemática da exclusão social vem entrando em evidência nos últimos tempos, principalmente porque as políticas públicas vêm sendo concebidas e formuladas para o enfrentamento de situações momentâneas. Mas, é necessário ressaltar que a preocupação com a exclusão social é recente mesmo sendo situações recorrentes em nosso país desde sua origem colonial, porque o próprio modelo colonizador já era excludente e só ocorreu agravamento da exclusão social com o passar do tempo.

O debate sobre exclusão entre estudiosos brasileiros sofreu influência européia (principalmente francesa) e americana durante os anos 60, influenciados pela Escola de Chicago, os estudiosos brasileiros direcionavam sua discussão em torno do conceito de marginalidade social.

A pobreza é vista como consequência do êxodo rural para as cidades do sudeste. Sendo assim a migração era vista como causa dos problemas urbanos como delinqüência, mendicância, favelas etc.

Sendo a abordagem de cunho funcionalista usava como analogia o funcionamento do organismo humano, afirmando que os novos membros, com esforço se adaptariam e progressivamente se assimilariam ao cenário urbano. Os trabalhadores se voltaram para questão da moradia, em especial para os problemas das favelas nos grandes centros urbanos.

Segundo Paugam, a pobreza e exclusão social têm sua origem nas contradições do modo de produção capitalista. As pessoas que se deslocavam do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades, passam a fazer parte do exército de reserva industrial, aguardando para serem inseridas

ao sistema produtivo de forma desigual como mão de obra barata e desqualificada.

Nos anos 80, o debate sobre a exclusão era voltado para a questão da democracia, da segregação social advinda da legislação urbanista, da importância do território para a cidadania e da falência das políticas sociais dos movimentos e lutas sociais. As discussões sobre o tema neste momento enfocaram a questão espacial, ou seja, a cidadania está relacionada a ocupação de território urbano.

Nos anos 90, a influência francesa sobre o debate ganha força. Essa abordagem vincula a exclusão ao conceito de não cidadania e a análise é feita como processo multidimensional que está além da exclusão do desemprego, ultrapassa toda a vida dos sujeitos e sua participação nas atividades sociais.

Paugam, ao invés de utilizar o termo “exclusão social” adota o termo “desqualificação social”. Segundo Paugam, o conceito de desqualificação social implica conhecer quem são as pessoas susceptíveis de ficarem desempregadas e que irão recorrer aos programas de transferência de renda. Com isso Paugam classificou-as em três: os assistidos, os fragilizados, e os marginalizados, o que segundo ele geraria uma forma de estigmatização dessas pessoas. Trata-se da perspectiva teórica de compreender como e de que formas as categorias de pobres e de assistidos estão relacionadas ao resto da sociedade e como são vistos por ela.

“Desta forma, Paugam apresenta três idéias que associam ao conceito de exclusão: a noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, que permite aprender o percurso temporal do indivíduo (...) o conceito identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes incluindo a segregação.” (PAUGAM, 2003, p. 15).

Conforme estudo realizado por Paugam na Europa, através do conceito de desqualificação social é possível compreender como se relacionam os serviços de assistências com os indivíduos assistidos (não somente de bens

materiais), os fragilizados prestes a recorrer a assistência e os marginalizados por não possuírem nenhum vínculo com a sociedade.

O conceito de “desqualificação social” permitirá compreender também a trajetória que leva os usuários a se tornarem dependentes das mais diversas formas de assistência. Os fragilizados são os desempregados ou as pessoas que tem empregos temporários e são assistidos pontualmente quando apresentam dificuldades financeiras, os assistidos e os marginalizados são acompanhados periodicamente por assistentes sociais.

Segundo Paugam, nas sociedades modernas a pobreza não representa um período da vida de uma pessoa que necessita de bens materiais, mas está diretamente ligada a um status social específico de inferioridade e desvalorização.

A desqualificação social formada pela pobreza e a desigualdade de classe econômica, faz com que a população de baixa renda acabe por recorrer à assistência social, gerando a estigmatização.

Neste sentido a desqualificação social formada pela pobreza e a desigualdade social levam nossos sujeitos da pesquisa a recorrer a programas de assistência como Bolsa Família. Este programa tem conseguido aproximar as pessoas aos serviços básicos como, por exemplo, saúde.

Mas, ainda existe muito a fazer, pois, as políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família são importantes, porém, não podem ser somente medida paliativa e emergências, e sim proporcionar qualidade de vida e seguridade social para resgate dos direitos básicos e da cidadania dos indivíduos.

CAPÍTULO II
BOLSA FAMÍLIA, UM DOS PRINCIPAIS
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA
DE RENDA

2 - BRASIL, PAÍS EM CRISE SOCIAL

Segundo Pochmann (2006), o Brasil ocupa a 167ª posição no ranking de desigualdade, está em 161º lugar no de homicídios e em 99º colocação em desemprego. A taxa de desemprego no Brasil divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, de 12,8%, é mais de duas vezes superior à média mundial em 2003

Pesquisa divulgada em fevereiro de 2007 pelo IBGE mostra que a taxa de desemprego no país subiu em janeiro. O desemprego ficou em 9,3% no primeiro mês do ano, comparado a taxa de 8,4% em dezembro do ano passado e de 9,2% em janeiro de 2006.

Segundo Pochmann, o desemprego no Brasil tem crescido mais. O fracasso na ação de criar novos postos de trabalho é o pior vilão.

Para o economista, a pesquisa questiona a tese de que os avanços tecnológicos seriam responsáveis pelo desemprego, já que os países mais afetados pelo problema são justamente os mais atrasados. Nos 141 países estudados, o volume global de desemprego aberto em 1999 foi de 138 milhões de pessoas. Desse total, 61% estavam em apenas oito países. Pochmann destaca que os países ricos, donos de novas tecnologias, têm diminuído sua presença nesse ranking.

Uma análise da expansão média anual de alguns países da região mostra que o Brasil teve avanços mais rápidos na segunda metade dos anos 80 e, sobretudo, na segunda metade dos anos 90, mas o progresso foi mais lento no início da década atual. Entre 1975 e 2004, o Brasil ultrapassou a Venezuela e a Colômbia, avançou mais que o México, a Argentina e o Chile, mas ainda não os alcançou, e aumentou a distância em relação ao Peru.

2.1 - PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Brasil vem apresentando melhorias significativas em determinados indicadores sociais, como: saúde e educação, mas ainda tem o desafio de equacionar a questão social que continua sem solução.

O agravamento do desemprego, a intensificação das políticas neoliberais, ampliam o desajuste social. A implantação de Programas Sociais de complementação de renda tem como objetivo a minimização da situação.

O capitalismo brasileiro das décadas de 60 à 80 do século passado fica como referência. A exclusão social é mais agravada na década de 80 sendo um problema crescente que o Brasil enfrenta, denominada como pobreza. Ela é entendida como fenômeno de marginalização social de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico, em geral pessoas com baixa escolaridade, negros e mulheres.

O fenômeno da exclusão social acaba sendo entendido como um problema que envolve as esferas: econômica, política, cultural e social na rede de sociabilidade dos indivíduos. As pessoas que estão inseridas nesse grupo são consideradas em situação de risco.

A remuneração pela força de trabalho não é satisfatória, não atende as necessidades básicas do trabalhador, e com intuito de passar uma idéia de cidadania social, o governo instala políticas públicas assistencialistas, que não respondem ao problema, é simplesmente uma ação imediatista.

As políticas de transferência de renda têm como objetivo fundamental a associação de condicionalidades, ou seja, a freqüência das crianças à escola e atendimento das famílias no centro de saúde pública. Tem a finalidade de alterar o comportamento cotidiano das pessoas, pelo fato de que a continuidade de recebimento do benefício se dá desde que os critérios estabelecidos sejam cumpridos.

Segundo Pochmann os programas de transferência de renda tem como idéia principal o combate a pobreza, com programas específicos e de

desenvolvimento social enquanto gerador de condições de igualdades de oportunidades para a competição dos indivíduos do mercado.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foram criados programas sociais: Bolsa Família, Bolsa Alimentação e Vale-Gás. Neste governo foi apresentado um projeto político-econômico voltado apenas para o neoliberalismo e a globalização os programas sociais foram omitidos e a sociedade passou a aguardar as reformas econômicas para que depois os problemas sociais começassem a serem resolvidos.

Porém, no seu primeiro mandato o caos social se ampliou, aumentando o desemprego devido às privatizações, aos salários baixos e exclusões sociais. Movimentos sociais ameaçaram este primeiro mandato; como as invasões dos Sem Terra, greves e protestos urbanos e rurais.

O governo conseguiu assegurar a estabilidade do Real, mas devido à crise econômica nacional e internacional, a moeda começou a perder força. O desemprego acelerado e a miséria passaram a dominar o país.

Ao assumir a presidência em 2002 presidente Luís Inácio Lula da Silva, dá continuidade ao projeto neoliberal, construindo uma base de sustentação política e sólida. Ele busca em seus projetos sociais a emancipação dos trabalhadores e dos explorados brasileiros.

Sua gestão é caracterizada por um governo de continuidade da estabilidade econômica da administração de Fernando Henrique Cardoso, também é marcada por manter o corte em investimentos públicos. A evolução nos programas sociais tem sido bem significativas, um dos programas sociais é o Bolsa-Família que é vinculado a obrigatoriedade da frequência das crianças de 07 a 15 anos na escola, sendo este nosso objeto de estudo.

2.2 – PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO BRASIL

Ao historiar os Programas sociais no Brasil, temos como marco o ano de 2002 com a posse de Luís Inácio da Silva. O Programa de transferência de

renda Cartão-Alimentação é destinado a famílias em situação de insegurança alimentar. O seu objetivo principal é a luta contra a fome, tendo como medida fundamentação a superação da miséria e da pobreza, da falta de oportunidade e desigualdade social. Criado em 2003, no mesmo ano com o lançamento do Bolsa-Família foi integrado ao programa unificado.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), programa de transferência de renda Bolsa-Alimentação é destinada a famílias, para combater a mortalidade infantil e a desnutrição. Tem como objetivo a nutrição básica de crianças na faixa crítica, de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade, além de gestantes e nutrizes. A alimentação e nutrição são direitos humanos fundamentais, requisitos básicos para a promoção e proteção da saúde, tendo um desenvolvimento melhor, o cidadão terá uma boa qualidade de vida e cidadania.

Foi lançado em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), como piloto nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, seu objetivo é erradicar as piores formas de trabalho infantil no Brasil.

É um programa de transferência direta de renda do governo federal para famílias de crianças e adolescentes envolvidos no trabalho precoce. Atende 1,3 mil crianças e adolescentes de 7 a 15 anos concedendo em dinheiro o benefício para as famílias. Além de deixar o trabalho, as crianças devem freqüentar a escola e as ações sócio-educativas no período do dia em que não estão na sala de aula. É desenvolvido em parceria com estados e municípios. O programa foi integrado ao Bolsa Família, a partir de 2006 com o objetivo de acelerar o processo de erradicação do trabalho infantil.

Foi criado em 01/01/1996, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este programa é destinado a portadores de deficiência e idosos, sua principal característica é a de ser uma pensão mensal não contributiva, ou seja para ter direito não é necessário ter contribuído para a Previdência social.

O programa paga um salário mínimo (R\$ 380,00) mensal a idosos a partir dos 65 anos e a deficientes incapacitados para o trabalho, que estejam fora da cobertura previdenciária e tenham renda per-capita familiar inferior a

um quarto do salário mínimo. É um direito garantido pela Constituição federal de 1988.

Criado em 2001, a partir de outubro de 2003 com o lançamento do Bolsa-Família os beneficiários do Bolsa-Alimentação começaram a serem integrados ao programa unificado Bolsa Família.

O programa de transferência de renda Bolsa-Escola é destinado a famílias com o objetivo de combater a evasão escolar e o trabalho infantil. O programa combina renda mínima e acesso à educação, o recebimento de benefícios estar ligado a frequência escolar. Criado em 2001, a partir de outubro de 2003 com o lançamento do Bolsa Família os beneficiários do Bolsa-Escola começaram a ser integrado ao programa unificado.

O Programa de transferência de renda Auxílio-Gás é destinado à famílias para compensar as famílias de baixa renda pelo fim do subsídio no valor do preço do gás. Criado em 2002, a partir de outubro de 2003 com o lançamento do Bolsa Família os beneficiários do Auxílio-Gás foram integrados ao programa unificado.

Criado em 2003 o programa Bolsa Família unificou os seguintes programas de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação.

O programa social Bolsa Família foi criado para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, combater a fome, a miséria, a exclusão social das famílias mais pobres do Brasil. É programa de complementação de renda que beneficia famílias pobres.

O programa social Agente Jovem é um conjunto de ações de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos, visando ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Está presente em 1.712 municípios e atende 112 mil jovens com uma bolsa mensal de R\$ 65,00 para cada, por 12 meses, tempo de duração do projeto. O jovem participa de atividades sócio-educativas que não configuram trabalho e possibilitam a permanência dele no sistema de ensino, preparando-o para atuar em sua comunidade e inserir-se no mercado de trabalho.

O programa cria condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino. Promover a integração à família, a comunidade e a sociedade. Diminuir o índice de violência.

O programa Renda Mínima é uma política municipal de assistência social de transferência de renda. É destinado a pessoas de baixa renda, seu principal critério de inclusão é a matrícula e a permanência das crianças de 6 à 15 anos na escola. Um dos seus objetivos é estimular a frequência escolar.

Seus critérios são bem rigorosos, um deles é que o beneficiário comprove moradia em São Paulo há pelo menos dois anos. O valor do benefício foi alterado: R\$ 140,00/ família com um filho, R\$ 170,00 família com dois filhos e R\$ 200,00 família com três filhos ou mais.

A maioria dos programas de transferência de renda estão vinculados aos mesmos objetivos relacionados aos direitos sociais como saúde e educação: manutenção das crianças na idade escolar e cuidados básicos em saúde. Buscando amenizar a questão social e a desqualificação social.

Todos esses programas que são desenvolvidos no Brasil são baseados na busca da cidadania, que é a participação de todos em busca de benefícios sociais e igualdade. A nossa sociedade capitalista se alimenta da pobreza, por este motivo é necessário a intervenção do Estado com políticas de redistribuição de renda e participação social para amenizar os impactos da desigualdade social causado pelo sistema capitalista e assegurar os mínimos sociais.

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo do seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998. p. 14).

Com o processo de redemocratização, e a partir da Constituição de 1988, o Brasil está condicionado, pelo menos no papel, aos direitos do cidadão. Os direitos que possuímos não foram conferidos e sim conquistados.

Para construir a cidadania é necessário que se criem novas relações e consciências, que podem ser aprendidos na convivência social e pública. Ela é algo que não termina, é um processo de intensa construção.

Em relação aos programas sociais, a população tem que ter o conhecimento dos seus direitos, tendo conhecimento de o benefício que elas recebem não é uma mera concessão de favor de quem está no poder para quem tem a necessidade de receber. Portanto a cidadania é construída a partir da capacidade de organização, participação e intervenção social.

2.3 - BOLSA FAMÍLIA: A LUTA CONTRA A POBREZA

O Programa Bolsa Família (PBF) é a mais abrangente iniciativa de transferência condicionada de renda no Brasil.

Em 2003, quando o Governo Federal lançou o Programa, tinha pela frente a árdua tarefa de unificar quatro programas de transferência de renda que já existiam no território nacional: Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação.

Segundo o MDS, o PBF está implantado em todos os 5.564 municípios brasileiros e no Distrito Federal e compõe a estratégia do governo para fortalecer a agenda do Fome Zero, pois articula as políticas sociais para a autonomia sustentada das famílias beneficiárias.

A transferência de renda, apesar de ser a parte mais visível, não é a totalidade do Bolsa Família. Esse programa amplia o acesso das famílias pobres aos serviços básicos: saúde, educação e assistência social, pois essas famílias são induzidas pelas condicionalidades do Programa. Na nossa opinião, é um instrumento estratégico de redução da pobreza e da superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias.

A seleção das famílias beneficiárias é realizada a partir de informações do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Através de seus critérios podem ser inseridas no PBF aquelas famílias cuja

renda familiar *per capita* mensal atinge, no máximo, R\$ 120,00. Há uma diferenciação: dentre estas, as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 60,00 são elegíveis independente de sua composição; e as famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no Programa, desde que contenham na sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes ou nutrizes.

O Nordeste é a região mais beneficiada pelo Bolsa Família. O programa, que no ano passado superou a barreira dos 4 milhões de beneficiados, atende, a 4,103 milhões de famílias em 5.463 municípios — 57,37% delas em Estados nordestinos. Os recursos repassados somam R\$ 288,167 milhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 58,91% desse valor vai para o Nordeste¹⁷.

A região tem 2,354 milhões de famílias atendidas pelo programa federal e recebe R\$ 169,78 milhões. Dois Estados, Bahia e Ceará, recebem um quarto (R\$ 72,80 milhões, ou 25,26% do total) da verba do Bolsa Família e abrigam 24,76% das famílias cadastradas (1,01 milhão). O Estado com mais beneficiados é a Bahia, que responde por 13,94% das famílias atendidas e 14,27% dos recursos repassados¹⁸.

Depois do Nordeste, a região com maior número de beneficiados é o Sudeste. A parte mais populosa do país tem 905.138 famílias (20,73% do total) que recebem dinheiro do programa, num total de R\$ 59,75 milhões (22,06%). Minas Gerais é o Estado líder na região em número de famílias atendidas (417,9 mil, ou 9,87% do total nacional) e em recursos recebidos (R\$ 28,45 milhões, ou 10,18%). A região com menos beneficiados é o Centro-Oeste: 126,5 mil famílias atendidas (3,08%) e R\$ 8,55 milhões repassados (2,96% dos recursos).

Segundo Modesto¹⁹, o programa não é assistencialista. Ele é um exercício de direito e provoca ações integradas. O programa já ultrapassou a

¹⁷ Números retirado do site www.governofederal.gov.br em 22/03/2007.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Lúcia Modesto é diretora do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

marca de 11 milhões de famílias atendidas, destinou 7,5 bilhões de reais em 2006 para as camadas mais pobres da população²⁰.

Nossa hipótese baseia-se na afirmação de que o Bolsa Família ajuda no crescimento da renda dos mais pobres e segundo pesquisas do MDS, entre os anos 2001 e 2004 a renda aumentou 23%²¹.

Os objetivos do Bolsa Família estão divididos em três etapas: o alívio imediato à população, o investimento nas gerações futuras por meio da educação – nesse caso é obrigatório freqüentar a escola – e o desenvolvimento das famílias com a inclusão produtiva. O programa tem conseguido aproximar a camada mais baixa da sociedade dos serviços básicos, como saúde, educação e saneamento.

O MDS, em 2005 realizou, no nordeste, uma pesquisa “Chamada Nutricional” na qual verificou-se que 17 mil crianças até cinco anos, da região do semi-árido, foram pesadas e medidas. Dentre as famílias pesquisadas, 35,3% declararam ser beneficiadas pelo Bolsa Família. O levantamento mostrou que 92% das crianças avaliadas faziam ao menos três refeições diárias e apenas 6,6% apresentaram quadro de desnutrição crônica. Segundo a pesquisa, até o crescimento das crianças foi influenciado. Na mesma pesquisa, concluiu-se que crianças de seis a 11 meses de idade, caso não fossem atendidas pelo programa, teriam mais de 60% de risco de apresentar desnutrição crônica.

Segundo pesquisa realizada em 2003 pela Universidade Federal Fluminense²² (UFF), 66,9% das famílias beneficiadas declararam que a alimentação melhorou depois que passaram a receber o benefício; 18,7% disseram ter melhorado muito; 14,2% responderam que continua igual e apenas 0,2% disseram ter piorado.

²⁰ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

²¹ Aumento puxado pelos benefícios previdenciários vinculados ao salário mínimo e por programas sociais como o Bolsa Família, Perseu Abramo, 2006, Bolsa Família – avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.

²² Pesquisa realizada pela Universidade Fluminense em 2003 com 4 mil beneficiado.

Cursos de capacitação são exemplos de que o programa não visa apenas a assistência material e imediata. É uma forma de preparar a pessoa para inserção no mercado de trabalho. A inclusão não depende do programa, mas sim do mercado de trabalho.

Não se pode esperar que um programa social ou mesmo todas as políticas sociais juntas possam mudar estruturalmente a desigualdade social no Brasil. A desigualdade social é um problema do sistema adotado que pressupõe uma sociedade dividida em classes sociais. Em uma entrevista concedida à revista Terceiro Setor em 2006, Pochmann diz: *“Deve haver uma política estratégica para fazer com que a população mais pobre deixe de depender dos programas de transferência de renda”*.

Com o aumento dado pelo presidente, as famílias consideradas carentes de recurso e com renda financeira de até R\$ 60,00 por mês passam a receber R\$ 58,00 (antes, recebiam R\$50,00). O benefício variável também aumentou e as famílias receberam R\$ 18,00 por cada filho (antes, recebiam R\$ 15,00). O benefício variável, o tal complemento, é dado a até três crianças por família.

2.4 - OS PRECONCEITOS AO PROGRAMA

Podemos dizer que o termo assistencialista é utilizado também por aqueles que discordam dos programas de transferência de renda. Alguns concordam que se deve investir apenas em educação, que é estrutural. Mas, se a transformação pela educação é em longo prazo, o que fazer com os pobres que flagelam hoje? Assim, como a educação deveria ser estrutural, acabar com o preconceito e as variadas dimensões da pobreza também é tarefa a se estruturar.

Segundo Buarque²³, o governo Lula mudou tudo isso. Substituiu Escola por Família, retirou a execução do programa do MEC, transferindo-a para a

²³ Cristóvam Buarque – PDT – foi candidato à presidência da República em 2006.

assistência social, dando-lhe um perfil totalmente diferente do objetivo educacional. O próprio presidente, na comemoração do segundo aniversário do Bolsa Família, afirmou que não importa se o programa é assistencialista ou não.

“Importa sim. Ao garantir educação, o Bolsa-Escola é um investimento que emancipa, ao passo que a Bolsa Família é o custo de manter a família na pobreza. Os filhos das crianças que receberam Bolsa-Escola não vão precisar dessa ajuda. Os filhos dos filhos da Bolsa Família continuarão dependendo dela. A Bolsa-Escola permitia às famílias um “subir na vida”; a Bolsa Família garante-lhes apenas o “continuar vivas”. Por isso, elas terminarão conhecidas como Famílias da Bolsa, permanentemente dependentes”. (BUARQUE, 2005, Jornal O Globo²⁴)

A unificação dos programas no Bolsa Família estabelece contrapartidas positivas. Uma delas é a permanência das crianças na escola. Portanto a citação acima não se fundamenta.

Existem controvérsias sobre a questão assistencialista, por exemplo, para Buarque o Bolsa Família é visto como simples transferência de renda, sem a contrapartida do estudo nem o investimento na qualidade da educação, e administrado pela política de assistência social, transforma a família em submissa, devedora do governo, recebedora de favores, passível de riscos eleitoreiros. Além de não educar as crianças, deseduca politicamente as famílias. Prova disso é a análise de que o resultado eleitoral de 2006 pode ser determinado pela lealdade dessas famílias do Bolsa à candidatura do presidente Lula.

Segundo o Secretário Rômulo Paes, em pesquisa realizada entre 1º e 18 de maio de 2005 pelo MDS, comprova que há efeitos positivos quanto a permanência das crianças na escola.

O secretário disse ainda que as famílias estão sabendo usar com sabedoria o dinheiro repassado pelo governo. "Elas têm oportunidade de comprar comida e fazem isso com prioridade. Dividem esse recurso entre todos

²⁴ Entrevista concedida ao Jornal O Globo em 29/10/2005, sob o título: “Famílias da Bolsa”.

os membros da família que precisam de maiores cuidados com a alimentação, em especial as crianças”²⁵.

Segundo pesquisa para identificar a etnia dos munícipes do Programa Bolsa Família, realizada pela Universidade Federal Fluminense, dentre os 4 mil entrevistados, 65% dos quais são negros e pardos. Segundo o pesquisador Marco Aurélio Weissheimer, estes resultados apontam já de início para o fato de que o Bolsa Família vem elegendo de forma acertada os seus beneficiários, na medida em que, como vários estudos têm apontado, a proporção de pobres no Brasil é muito mais elevada entre os pardos e pretos do que entre os brancos.

Estudos recentes comprovam nossa hipótese de que o Programa Bolsa Família atende suas metas. O MDS divulgou na segunda quinzena de agosto (2007) os aspectos socioeconômicos dos beneficiários do Bolsa Família.

Segundo o levantamento, com base nos dados de março de 2007 do Cadastro Único, de cada 100 famílias beneficiárias do PBF, em todo país, 36 têm acesso à rede pública de esgoto e 66 são atendidas pela coleta de lixo. A energia elétrica chega a 76% das residências incluídas no programa de transferência condicionada de renda. As crianças com idade até 15 anos de idade representam 40,5% do público atendido pelo Bolsa Família²⁶.

²⁵ Entrevista concedida à Radiobras em outubro de 2005.

²⁶ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – notícia divulgada em 23/08/2007 – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação/SC.

CAPÍTULO III
O SERVIÇO SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL NO
BRASIL

3 – O SERVIÇO SOCIAL E A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A articulação das ações e das políticas públicas no campo de assistência social, é essencial para combater pobreza, não é possível superar a situação de vulnerabilidade social sem harmonizar as políticas públicas, um caminho para a saída da exclusão social pode ser garantido por uma política pública que garanta acesso aos programas sociais.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a previsão dessa proteção.

3.1 – PROTEÇÃO SOCIAL – TRIPÉ DA SEGURIDADE

A Seguridade Social tem como tripé a Previdência Social, Saúde e Assistência Social, sendo a Seguridade Social um direito social destinado aos indivíduos para garantia da proteção social, que deve ser assumido prioritariamente pelo Estado com os princípios universais e uniformes de equidade e descentralização.

Pela Constituição de 1988, a assistência social passa a ser um direito, portanto, qualquer cidadão que necessitar tem o direito ao acesso às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

A atual reorganização da assistência social como política pública teve como virtude colocar a assistência social como um dos integrantes do tripé da seguridade social no Brasil. Porém, e como consequência disso, os programas de transferência de renda, apesar de já consolidados, necessitam de mais planejamento e continuidade do orçamento público, pois são ações de grande impacto.

3.2 – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)

A Assistência Social é uma política pública recente (2004), que visa garantir direitos e promoção do desenvolvimento humano e social. É uma situação nova para o Brasil, pois em 1988 a Assistência Social passou a integrar o sistema de Seguridade Social. É uma política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de quem dela necessitar. A Política de Assistência Social possibilita o acesso do indivíduo a programas de transferência de renda.

Os programas de transferência de renda, unificados pelo Bolsa Família, além do BPC, PETI, Agente Jovem, passaram a compor o corpo de programas e serviços da Política Nacional de Assistência Social a partir de 2004. Os demais programas de transferência de renda, vinculado às políticas de saúde e educação, alimentação juntamente com o Bolsa Família passam a compor a “Rede de Proteção Social” no Brasil.

“a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Legislação Brasileira para o Serviço Social. CRESS, p.435).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), configura as suas responsabilidades de Estado na Política Pública de Assistência Social, ela realiza de forma integrada as políticas setoriais, impondo um exame da realidade brasileira.

Os usuários que necessitam da política de assistência social, são pessoas que estão inseridas em situação de alta vulnerabilidade e riscos pessoas excluídas de seus serviços e riquezas produzidas pela sociedade: deficientes, excluídos pela pobreza, inserção precária no mercado de trabalho, diversas formas de violência no lar.

A Proteção Social básica tem o objetivo de prevenção de risco social e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É destinado às pessoas que estão em situação vulnerável pelo fato da pobreza.

A Proteção Social Básica desenvolve alguns serviços como: programas, projetos de acolhimento, socialização de famílias. Esses serviços são coordenados pelo CRAS.

O CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), é a “porta de entrada” da Política de Assistência Social. Tem a função de orientar e encaminhar sua demanda para serviços, programas e políticas que visem atender as suas necessidades, inclusive programas de transferência de renda. Realiza o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que estejam em situação de pobreza, exclusão, vítimas de violência, pessoas que precisam ser incluídas em Programas de Transferência de Renda.

Proteção Social Especial é a modalidade que atende famílias que são excluídas não só por causa da pobreza e do desemprego, mas por outros fatores que são resultados do processo de exclusão como: idosos abandonados, moradores de rua, pessoas com deficiência.

A pobreza interligada com a desigualdade social e a má distribuição de renda tem como consequência a exclusão social. Há muitos obstáculos para o enfrentamento das funções de proteção básica, principalmente na questão da identidade do grupo familiar, porque a vida dessas famílias não são norteadas apenas por questões sócio-econômico e necessidade de sobrevivência, elas tem que ser analisadas também no seu contexto cultural. A proteção especial determina o respeito à cidadania, o grupo familiar é a base para se trabalhar a transformação do indivíduo.

Os serviços de Proteção Especial de alta complexibilidade trabalha na construção de novos modelos para o acolhimento de pessoas em situação de ameaça e precisam ser retiradas do seu núcleo familiar. Essas pessoas são encaminhadas para locais específicos de prol de sua segurança.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), organiza a PNAS e dá garantias de proteção social para quem dela necessitar e o SUAS (Sistema

Único de Assistência Social) materializa o conteúdo da LOAS possibilitando a gestão unificada da política da assistência social no território nacional, com estes instrumentos realiza-se o objetivo de destinar aos usuários o direito à assistência social de cidadania e inclusão social. A proposta do SUAS é o de garantir os direitos dos usuários à assistência social, como a garantia dos direitos sociais.

A Seguridade Social conta com seu próprio orçamento conforme previsto no artigo 195, da Constituição Federal de 1988, custeando as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que compõem o sistema de seguridade .

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS foi decretada sob o nº 8.742 em dezembro de 1993. A LOAS dispõe sobre a organização da Assistência Social que é entendida com dever do estado e direito do cidadão, é uma política nacional social universal, que protege a quem dela necessita, através de benefícios e serviços para obtenção de “mínimos sociais”, no momento em que passa por privações e necessidades humanas básicas. Pois as políticas sociais estão voltada a preencher a ausência das demais políticas sociais.

Conforme a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social brasileira passa a ter nova concepção e ser incluída dentro da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Dez. 1993, passando a ser considerada como política social pública e atuar na consolidação dos direitos, na universalização de acesso e da responsabilidade do Estado.

A LOAS criou então nova matriz para a Política de Assistência Social, dentro do sistema de Bem Estar Social Brasileiro como Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social e articulando a outras políticas no campo social no sentido de garantir direitos e condições dignas de vida.

Neste sentido a Política Nacional de Assistência Social busca a supremacia do atendimento social conforme exigência de rentabilidade

econômica, buscando a universalização dos direitos sociais visando ser receptor das ações assistenciais, levando ao alcance das demais políticas públicas, garantindo ao cidadão sua dignidade, autonomia, e direito a benefícios e serviços com qualidade, convivência no âmbito familiar e na comunidade sendo proibido qualquer tipo de comprovação que possa ser vexatória a sua necessidade.

3.3 – DIREITOS REGULAMENTADOS: RECRIANDO VALORES

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Programa de Transferência de renda, Bolsa Família, é um direito regulamentado. Porém, na sociedade brasileira, a cultura elitista permeada pelo Estado é quem determina direito e riqueza. No mundo capitalista a pobreza é contraditória ao direito, como conceito ou como categoria histórica.

Apesar dos avanços dos direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988 no Brasil a aplicabilidade dos direitos constitucionais não se concretizam, porque existe distância entre o que está proposto e o que está posto falta cobrança da responsabilidade pública.

A política neoliberal que nosso governo segue desde 1990, tem com finalidade se eximir da responsabilidade na esfera pública e social.

As necessidades sociais coletivas são transformadas em necessidades individuais e passam a ser analisadas como atributos pessoais sem a finalidade de reprodução social do cidadão deixando de ser universalização de atenção.

No Brasil, pobreza e políticas sociais são tratadas paralelamente. As políticas sociais tornam-se ações paliativas e escassas por serem dirigidas para as pessoas mais necessitadas.

Para caracterizar-se o estatuto de política social, é necessário articular-se no sentido de uma proposta universal e superar a assistência social como forma de benevolência.

O Estado interfere com políticas emergenciais como respostas estatais as pressões populares de formas fragmentadas e eventuais, tornando as políticas sociais no Brasil em programas sociais.

Neste contexto de “políticas emergenciais” criada pelo Estado, entra o papel do Assistente Social no sentido de efetivação das políticas sociais. Porque dentro das políticas assistências através de estratégias bem elaboradas o assistente social pode articulando-se com os movimentos sociais contribuindo no processo de organização popular.

“Nessa prática, identificam na atual conjuntura da crise econômico-social questionamentos políticos tanto quanto ao “fazer profissional”, como quanto a adoção de determinados programas e estratégias de ação governamentais que de fato se comprometam e efetivem o ressarcimento da dívida social para com os trabalhadores, como também avancem o processo de fortalecimento e constituição de sua cidadania, fazendo valer seus direitos políticos e sociais.” (Sposati, Bonetti, Yasbek, Falcão, 1995, p.25,)

Além de reproduzir a forma de vida do trabalhador e também de efetivar direitos sociais e de cidadania, o Serviço Social irá trabalhar no sentido de dar visibilidade à política social no seu significado e dimensão.

3.4 – ASSISTENCIA SOCIAL, ASSISTÊNCIA E ASSISTENCIALISMO

Na história da humanidade, compreendeu-se que sempre haverá os mais frágeis, os doentes, etc., que não conseguirão reverter sua situação, logo necessitam de ajuda. O homem é um ser naturalmente dependente, repleto de necessidades, está sempre em busca de superá-las.

Segundo Sposati, instituições de caridade, tanto as religiosas como as leigas, existem desde a Idade Média. Contudo, essa importante prática foi sendo constituída em prática de dominação, um resgate do sistema inglês de lidar com a pobreza, a Poor Law, ou o asilamentos franceses mostram

claramente esta questão. O direito à assistência foi substituído pela benevolência de pessoas piedosas e caridosas.

Na sociedade moderna, ao longo do tempo, algumas ações vão sendo incorporadas como responsabilidades públicas e, dentre elas, a assistência.

Com a expansão do capital e a fragilização da força de trabalho, a assistência vai sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se sugere como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; a outra para dar conta de condições de pobreza extrema da força de trabalho.

Historicamente, o Estado se apropria não só da prática assistencial como ilustre expressão como também cataliza e direciona os esforços de solidariedade social da sociedade civil.

A consciência brasileira até 1930, não apreendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Era enquadrada como caso de polícia e era tratada “escondida” nos aparelhos repressivos. Os problemas sociais eram escondidos ou mascarados, sob a forma de fatos esporádicos e excepcionais. A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos.

Dentre as políticas sociais públicas, a assistência social é considerada pelo Estado como uma área específica de despesa governamental sob diferentes denominações, tais como: assistência social, assistência geral, assistência comunitária, entre outras. Com isto, a assistência social tanto se qualifica como um subprograma de uma política de saúde, habitacional, educacional, como uma área específica da política social.

A assistência é vista até como necessária por alguns, mas vazia de “conseqüências transformadoras”. Sua operação é revertida de um sentido de provisoriedade, mantendo-se isolada e desarticulada de outras práticas sociais.

“Os estigmas criados historicamente em torno da prática da assistência social mantêm-na num círculo vicioso e fechado de auto-reprodução. Não há reflexão teórica, base necessária de realimentação crítica”. (SPOSATI, 1992, p. 67)

A compreensão da relação assistência-assistencialismo surge quando é colocada para além das ações da profissão, isto é, nas próprias políticas sociais. Noberto Alayon, ao proceder a esta análise, considera como assistencialismo *não uma leitura particular da profissão*, mas uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir a miséria que geravam e para perpetuar o sistema de exploração do trabalhador. “O assistencial torna-se a única face possível do capitalismo a justificar as desigualdades sociais”. (SPOSATI, 1992, p. 69).

A assistência à população através de benefícios individuais, grupais ou coletivos é decorrente de uma situação real, embora não deixe de ser uma forma do Estado se desviar do compromisso social que possui para com a população. Mas, por outro lado, na lógica do capital, ela representa a única forma de acesso a bens e serviços a quem tem direito. Assim:

“a assistência é uma contingência que se coloca no trabalho do assistente social, como de outros profissionais, em razão da sobrevivência da população e por consistir na forma com que a lógica capitalista brasileira estende os bens e serviços subalternizados.” (SPOSATI, 1992, p. 69)

Seguindo essa lógica, se o assistente social não pratica marcos críticos – sem conteúdo político - irá reiterar, conseqüentemente, o assistencialismo.

Ao separar o conteúdo político de sua prática termina por registrar a alienação do trabalhador. Tal alienação é reproduzida e produzida na prática profissional, dependendo da política institucional, o profissional pode se submeter à atos burocráticos.

As práticas institucionais têm a tendência de peneirar ao máximo os sujeitos; de certa forma contribuem para reproduzir a desigualdade social pelo seu duplo mecanismo: de um lado, a exclusão da maioria da demanda e, de outro, a decadência de seu sentido político, na medida em que a exclusão aparece apenas como o fazer técnico profissional. A triagem²⁷ é um mecanismo

²⁷ Um processo de controle e reforço da exclusão, que a população busca “furar” com processos de contra-manipulação. SPOSATI, Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras, p. 69

institucional para saber quem pode ou quem não pode ser beneficiado pelos Programas Sociais. Em geral, os usuários sabem que precisam “representar” para o funcionário que faz a triagem para que este acredite em sua dramaticidade e não que seja um meio para obter condição de acesso na instituição.

A seguir, os passos que os usuários passam nas instituições: a) a triagem: tem o papel de registrar o cotidiano das classes subalternizadas, de suas carências e de suas estratégias de resistência e sobrevivência; B) a entrevista: as pessoas que passam pela triagem obtêm uma condição de escuta através das chamadas entrevista de ajuda. Através dela, o assistido conta sua história de vida, que se baseia nas circunstâncias, ou seja, sua situação de classe.

Após a entrevista, o sujeito se transforma em prontuário e as suas necessidades são somadas. A partir daí, a entrevista procura inserir esse indivíduo através de ajuda individual, como por exemplo, à fome, destinam-se cotas alimentares (cestas básicas) ou ainda, na falta de guarda das crianças, o encaminhamento a creches existentes que apresentem vagas.

“O assistido perde assim a sua identidade de cidadão e aprende, fatalmente, se rompeu a burocracia e obteve ajuda, a percorrer individualmente as várias instituições para obter novas ajudas parciais. Aqui se forja e se reforça a alienação de seu destino singular e coletivo.” (SPOSATI, 1992, p. 70)

Cria-se para os sujeitos, um elenco de instituições e serviços a percorrer, caminhada esta frustrante, pois nela não são atendidos. Esta caminhada se transforma também em aprendizado da alienação como estratégia de sobrevivência.

A prática cotidiana do assistente social o coloca em confronto progressivo com as políticas estatais assistencialistas e aquelas implementadas por inúmeras instituições privadas de corte assistencial. Isto leva muitas vezes a que o profissional proceda a uma leitura dessas ações dentro dos umbrais da instituição, reduzindo-aos elementos imediatos determinados pela própria

organização burocratizada. Ou, então, leva a que ele desenvolva certa “esquizofrenia”. De um lado, o profissional pratica a assistência, como exigência de seu desempenho, de outro, recusa-a, nega-a a favor de outra prática, que entende como educativa.

O exercício profissional do assistente social é, portanto, atravessado pelas lutas políticas de classe. Por outro lado, se as políticas sociais antecipam as necessidades da população e tendem a abafar conflitos e desmobilizar as lutas populares, a população apoia quem dá respostas concretas às suas necessidades e se contrapõe àquelas que reduzem a prestação de serviços que atendam a essas necessidades. Norberto Alayon levanta que o importante, para a população, não é a política social em si, mas sim o tanto que esta a beneficia ou as possibilidades concretas que ela lhe dá para o enfrentamento cotidiano.

3.5 – O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA

A articulação do Serviço Social com os programas de transferência de renda é realizada no CRAS, pelos assistentes sociais que atuam nos diferentes postos de trabalho e tem como requisito da profissão, o conhecimento amplo das políticas e programas sociais, dentre eles os programas de transferência de renda. De forma mais direta esta articulação se efetiva pelo profissional diretamente inserido na política de assistência social trabalhando no CRAS ou diretamente nos programas de transferência de renda.

O Serviço Social é implantado no Brasil no ano de 1936 através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). O CEAS foi criado em plena revolução paulista (1932) e a problemática operária era um tema de discussão e alta complexidade. Surge como reação católica.

“(…) não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam principalmente por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada” (CARVALHO et all p. 129. 1981).

O Serviço Social no Brasil superou a assistência, que era irracional e voluntária por parte da sociedade, que viam-na como solidariedade. A negação da assistência, pela dependência que ela trazia, deu lugar à concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos ou comunidades.

A ação profissional (técnico-científica) para a superação da assistência, da dependência do indivíduo, da dependência, acabou por identificá-la como uma marca própria do Serviço Social.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

4 – ANÁLISE DA PESQUISA

Nossa proposta de pesquisa sobre os reais benefícios do Programa Bolsa Família: as transformações sócio-econômica dos beneficiários, partiu do interesse pelo tema em sala de aula e do campo de trabalho de uma das pesquisadoras no Cadastro Único foi aprofundado na EMEI Janete Clair. A leitura foi baseada em teóricos e pesquisas de dados, como por exemplo, o Pnad e IBGE.

Para aprendermos os fatos variáveis investigados, utilizamos na pesquisa de campo o recurso metodológico quantitativo. A coleta de informações foi por meio de formulário e observação direta.

Optamos pela técnica de coleta de dados utilizando o formulário, pois foram as pesquisadoras que verbalizar as questões propostas no instrumental e registraram o conteúdo das respostas. Do universo total trabalhamos com critérios amostrais.

Nossa amostra, foi composta por 20 municípios do Programa Bolsa Família da EMEI Jante Clair e suas respectivas famílias. Num universo de 600 alunos, apenas 150 são cadastrados no Programa Bolsa Família.

Os primeiros dados de nossa pesquisa foram coletados verbalmente com a secretaria da escola. A entrevista foi aplicada a partir de um roteiro de perguntas dissertativas, porém que facilitaram a contagem de dados no final.

4.1 – RESULTADOS DA PESQUISA

PLANO METODOLÓGICO E RELATÓRIO DE PESQUISA

Este capítulo está dividido, em duas partes: a primeira dedicada ao percurso metodológico passo a passo, a segunda, à redação e apresentação do relatório final de uma pesquisa.

PLANO METODOLÓGICO

Todo plano de pesquisa começa pela formulação de um problema. Nossa pesquisa aborda os reais benefícios do programa Bolsa Família.

A temática de nossa pesquisa relaciona-se às categorias: desqualificação social, questão social, pobreza, desigualdade social, Políticas Públicas de inclusão e suas conseqüências. Nesse sentido o referencial teórico destacam autores que abordam a temática, sendo eles: Aldaíza Sposati, Márcio Pochmman e Serge Paugam.

Estes autores, trazem reflexões sobre a desqualificação social e os programas de transferência de renda a partir da década de 90. Todos coincidem quando afirmam que: a desqualificação é uma forma de degradação do ser social e da importância aos programas de transferências de renda para mudança do quadro social.

Com base nestes autores nossa pesquisa tratou sobre os reais benefícios do Programa Bolsa Família.

A presente pesquisa se deu com o objetivo de aprender quais significados os beneficiários atribuem ao programa de transferência de renda Bolsa Família, bem como desvendar as perspectivas dos munícipes com relação a sua melhoria de vida, analisando as transformações ocorridas em sua realidade após a inserção no programa de transferência de renda, bem como saber se o perfil dos usuários permanece o mesmo desde o início do programa.

O método utilizado nesta pesquisa se norteou pela pesquisa qualitativa. Concluímos que, a partir de dados qualitativos, o resultado da pesquisa respondeu positivamente a nossa hipótese. Por meio de pesquisa qualitativa, foi possível atingir nossos objetivos através das entrevistas realizadas, foi possível valorizar as histórias de vida de cada sujeito revertendo em dados e agregando valores a nossa formação acadêmica

A entrevista foi aplicada – em estruturação - a partir de um roteiro de perguntas dissertativas, que facilitou a contagem de dados no final.

Os sujeitos pesquisados foram membros das famílias (pai, mãe ou responsáveis) que tem seus filhos matriculados na E.M.E.I Janete Clair. A escola fica situada a Rua Dr. Azevedo Sodré, nº 114, no Jardim Planalto e é cercada por residências pobres. Oferece educação infantil nos primeiros, segundos e terceiros estágios, atendendo crianças entre quatro e seis anos. A escola é aberta à comunidade em dias de festas, comemorações, palestras e feiras culturais.

O critério de seleção se deu de acordo com o tempo disponível das famílias, ou seja, foram entrevistados os beneficiários que tinham disponibilidade para receber as entrevistadoras, levando em consideração se a pessoa entrevistada é a que recebe o benefício Bolsa Família, ou se conhece o procedimento do Programa.

Procedimento, independente de idade ou sexo, o critério de seleção das pessoas levaram em consideração o anonimato, tanto para não ser revelado a sua identidade, como forma de não causar constrangimentos. As entrevistas foram realizadas na EMEI Janete Clair na primeira semana de julho, devido as férias escolares.

4.2– CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO – CAMPO DA PESQUISA

A EMEI Janete Clair local da pesquisa de campo, fica situada no Jardim Planalto, zona sul de São Paulo, pertence ao Distrito do Jardim Ângela

que possui a população total: 245.805²⁸ (73,7% em alta ou muito alta vulnerabilidade), territórios escolhidos: Jardim Herculano, Jardim Santa Lúcia, Jardim Copacabana, Jardim Tupi, Morro do Índio, Parque Bologne, Jardim Vera Cruz, Aracati, Jardim Capela.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), com a Segunda maior concentração de população vulnerável do município, o Jardim Ângela foi apontado pela ONU como o lugar mais violento do mundo em 2000. O distrito também foi líder em mortalidade materna e teve aumento de 40% da mortalidade infantil entre os anos de 1994 a 1999 enquanto a média da cidade estava caindo.

A região apresenta altíssimo grau de privação, grande número de jovens e a maior taxa de analfabetismo entre os chefes de família da cidade. A região também sofreu com a falta de uma política habitacional nos últimos 15 anos, apresentando uma grande quantidade de favelas e loteamentos clandestinos.

Uma breve retrospectiva histórica da construção da EMEI Janete Clair, na década de setenta começaram a acontecer movimentos sindicais nas fábricas. Em São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva liderava o movimento e despertava como liderança. Este movimento começou a ser articulado a movimentos populares de vários bairros. No jardim Planalto, na zona sul de São Paulo, os homens reuniram-se na Igreja do Largo do Socorro e as mulheres reuniam-se com os objetivos religiosos.

Mais tarde, os moradores do bairro encontravam-se na residência do Sr. José Domingos Nunes. As mulheres organizavam Clube de Mães, Curso de Alfabetização de Adultos, cuja clientela em sua maioria, pertencia a Paróquia de Vila Remo.

Nas reuniões discutiam-se as necessidades dos bairro a Jardim Kagohara, Auto do Riviera, Jardim Nakamura, Jardim Santa Margarida, Jardim Coimbra, Jardim Copacabana e Jardim Novo Santo Amaro.

²⁸ Dados retirados da Revista Ação Família – viver em comunidade – Ed. 1 – janeiro/2007

A primeira reivindicação era água e luz, idéia que surgiu no bairro Jardim Santa Margarida. Nesta ocasião o presidente da sociedade Amigos de Bairro do Jardim Planalto era o senhor Antônio Vieira dos Santos. Os moradores do bairro lavavam suas roupas com água da mina, na favela do Guavirutuba; água potável era conseguido através dos vizinhos que haviam feito poços em seus terrenos .

Por volta de 1976 e 1977, os moradores alugaram um ônibus e dirigiram-se à SABESP. Nesta ocasião o prefeito de São Paulo, Sr. Reinaldo de Barros autorizou os moradores a cuidarem das áreas de terra do bairro, para que não houvesse invasões. Após várias reuniões, a construção de uma EMEI no Jardim Copacabana. Ao analisar o terreno chegaram a conclusão que a área propícia era esta, onde a escola foi construída. Reivindicaram uma creche junto à EMEI a mesma foi construída no Jardim Dionízio.

O processo que autorizavam a construção da EMEI ficou arquivado por um ano até que após a construção do Posto de Saúde na Estrada do Guavirutuba, e, inserida, iniciaram a construção da escola.

Quando a EMEI estava praticamente pronta, a comunidade soube que a Sociedade Amigos do Jardim Dionízio havia aberto inscrições para quem quisesse trabalhar na EMEI. A Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Planalto revoltou-se e organizou uma comissão que se dirigiu á Regional do Campo Limpo para explicar o fato juntamente com a comunidade do Jardim Dionízio. Após longas discussões, as inscrições foram realizadas na EMEI.

Ao lado da escola foi construída uma sede da Sociedade que, anos anteriores, foi utilizada para distribuição de tickets de leite e cursos de alfabetização de adultos. Com a construção da igreja, a sede ficou praticamente desativada.

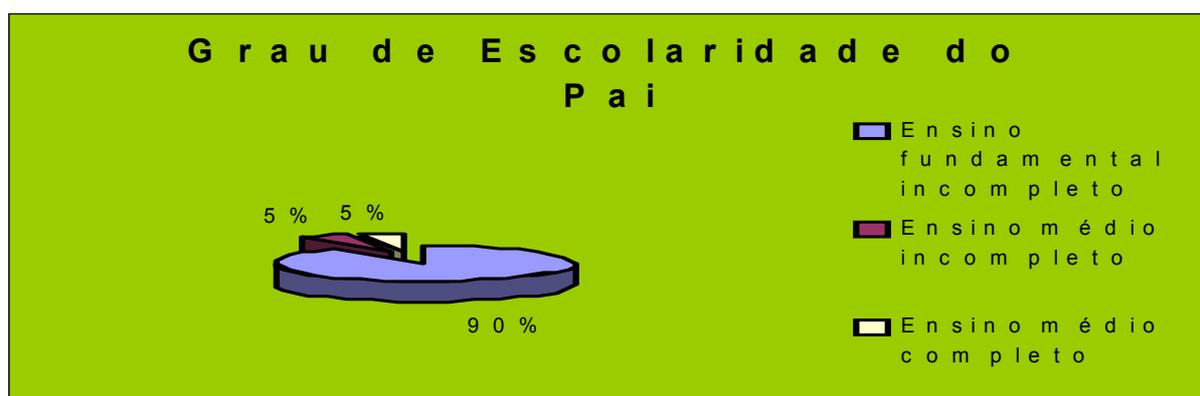
4.3 – CONHECENDO OS REAIS BENEFÍCIOS DO BOLSA FAMÍLIA

Nosso objetivo foi realizar registros que acrescente conhecimento sobre os reais benefícios do programa de transferência de renda Bolsa Família.

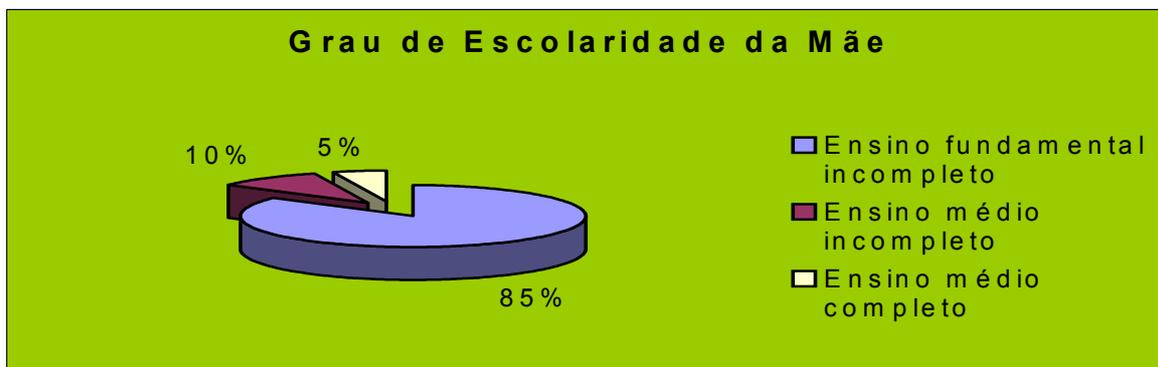
O programa de transferência de renda Bolsa Família foi criado para atender as necessidades de munícipes que possuem uma baixa²⁹ renda, ocasionado por motivos como: desemprego, o trabalho informal, vulnerabilidade social e até mesmo a desqualificação profissional que dificulta a recolocação no mercado formal.

Em linhas gerais este é o perfil do usuário do programa de transferência de renda. A partir dos dados avaliados podemos identificar aspectos sociais, econômicos e culturais deste seguimento social.

Em relação a escolaridade, verificou-se no universo dos pais e mães pesquisados dos alunos da EMEI Janete Clair e participantes do programa de transferência de renda Bolsa Família, que 90% dos pais e 85% das mães possuem o ensino fundamental incompleto.

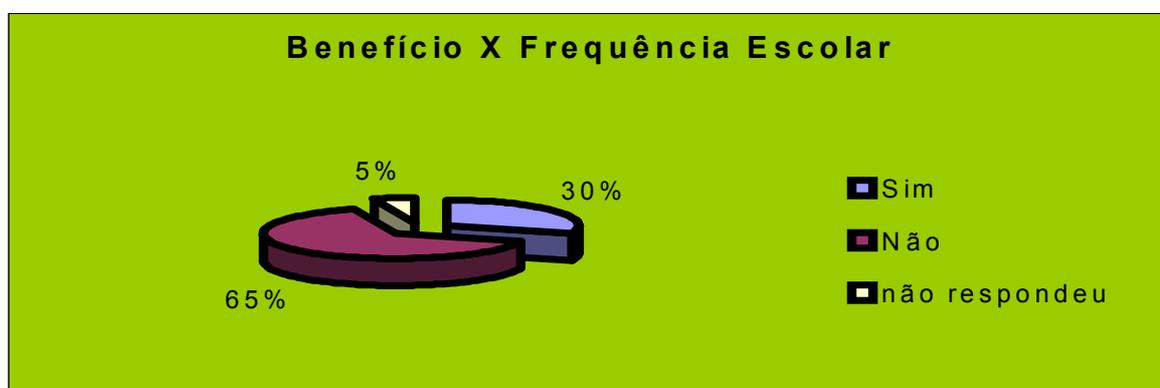


²⁹ www.mds.gov.br: A seleção das famílias beneficiárias é realizada a partir de informações do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Através de seus critérios podem ser inseridas no PBF aquelas famílias cuja renda familiar *per capita* mensal atinge, no máximo, R\$ 120,00. Há uma diferenciação: dentre estas, as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 60,00 são elegíveis independente de sua composição; e as famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no Programa, desde que contenham na sua composição crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes ou nutrizes.



Neste sentido observamos que a baixa escolaridade no Brasil representa uma fragilidade social, porque dificulta o acesso ao mercado de trabalho e na maioria das vezes contribui para estas famílias recorram aos programas de redistribuição de renda.

Identificamos que do universo total de entrevistados, 65% perceberam que o benefício Bolsa Família não alterou na frequência escolar.

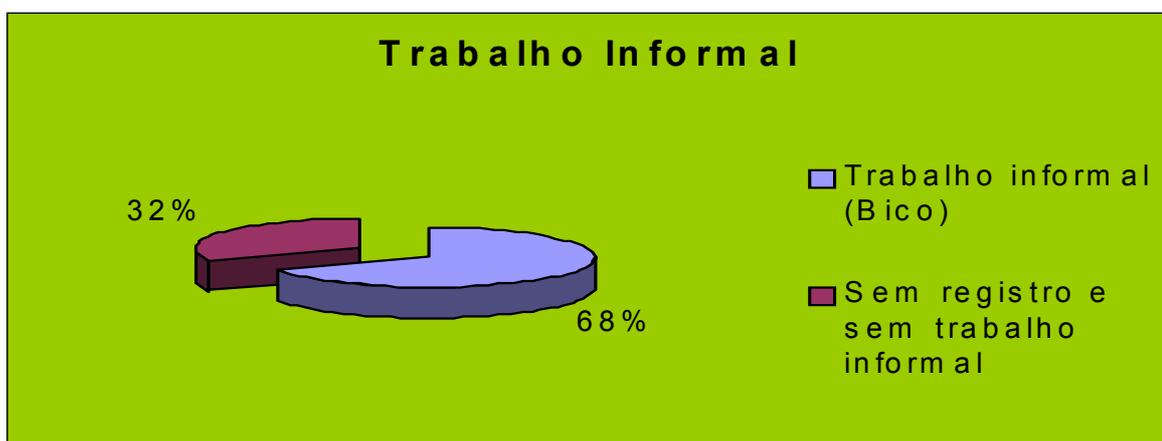


Os munícipes entrevistados tem uma percepção nítida sobre os critérios estabelecidos pelo programa de transferência de renda Bolsa Família, todos sabem da obrigatoriedade da vacinação das crianças em dia, e sobre a assiduidade escolar.

Para caracterizar a situação sócio-econômica dos sujeitos entrevistados e traçar seu perfil econômico, destacamos a variável trabalho.

Verifica-se a falta de oportunidade de emprego, associado com a falta de perspectiva. Conviver com a falta de emprego, a desigualdade social e a necessidade de transformação e qualificação profissional é algo que gera conseqüências negativas.

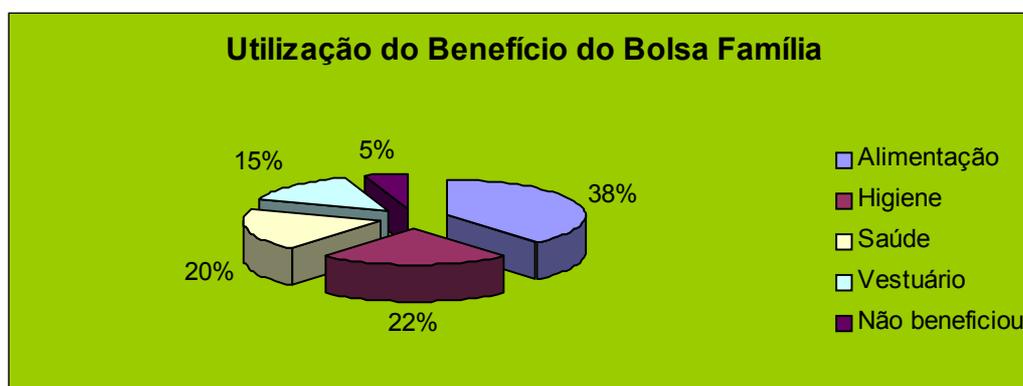
Neste sentido compreendemos que são vários os motivos que estão interligados á possibilidade de empregabilidade, de forma que quanto menos o indivíduo tiver à oferecer no mercado de trabalho, menos serão as oportunidades de inserção no mercado formal. A questão social você expressa principalmente na precarização do trabalho, pelo desemprego.



O fato é que não se tem mercado de trabalho para essa grande demanda que se apresenta, mesmo em países considerados desenvolvidos, a oferta de mão-de-obra é maior do que se pode absorver, e com isso o índice de desemprego vai se alastrando e prejudicando a reprodução da própria vida. O desemprego no Brasil é visto como conseqüência do avanço da tecnologia.

A questão social ressalta a vivência da contradição entre capital e trabalho desvendando as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais e também a luta pelos direitos da maioria da população ressalta como o homem resiste a subalternização, exclusão, a dominação política e econômica. Na análise da desigualdade social uma das formas de buscar

superação dos problemas por ela gerados é o acesso aos programas de transferência de renda que possibilitam aos beneficiários uma melhoria na qualidade de vida.



No que diz respeito a utilização do benefício do Bolsa Família constatou-se através da pesquisa que após a inserção no programa de transferência de renda Bolsa Família, os munícipes identificam melhorias em alguns setores, dentre eles:

Higiene 22%

Saúde 20%

Vestuário 15%

Relata que não houve mudança 5%

Afirmam que a melhoria de fato se deu no setor da Alimentação 38%.

A fala da beneficiária Maria é clara, quando afirma que o benefício:

“não ajudou em nada, porque só pego R\$ 15,00, e muita gente que pega até um salário mínimo por mês, e isso não é justo. Acho que tem que regularizar e todos ganhar a mesma quantia”.

Cristina relata:

“compro mais frutas, mistura e danone, melhorou, agora posso comprar comida diferente”.

A convergência dos depoimentos é muito interessante, contribuindo para significados diferentes acerca do mesmo tema.

O primeiro relato demonstra a sua indignação com a forma de distribuição do benefício, que segundo ela não é justo, além de tudo não suprir a sua necessidade. O segundo depoimento já relata de uma maneira positiva ao programa, pois está melhorando a qualidade de vida da família no setor da alimentação.

A avaliação dos entrevistados sobre as percepções que possuem sobre o programa de transferência de renda Bolsa Família, são diversas as opiniões, eles conseguem perceber as vantagens e desvantagens do programa, na fala da Márcia ela sintetiza “o Governo Federal criou o programa para apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação”.

Ao avaliar os dados se houve realização pessoal, verificamos que a maioria dos munícipes não identifica o benefício como meio para vencer na vida. Também destacam que não se sentem inferiorizados por receberem o benefício.

Em relação as perspectivas de futuro, eles manifestam crescimento intelectual, estabilidade financeira e proporcionar oportunidade de estudo para o filho (faculdade).

CONCLUSÕES DA ANÁLISE

Entendemos que o campo de pesquisa é um ambiente favorável para que os formulários sejam aplicados de forma clara e objetiva. Os resultados foram bastante significativos, como por exemplo a alteração no consumo alimentar após o recebimento do benefício Bolsa Família.

A partir daí, reconhecemos que a realização desta pesquisa nos proporcionou uma visão mais ampla e crítica sobre o PBF e da importância dos programas sociais para o enfrentamento da pobreza.

Nossa pesquisa teve como contrapartida avaliar a opinião das famílias beneficiadas pelo PBF sobre como a renda repassada pelo programa alterou sua alimentação.

Alguns estudos já realizados indicam que o principal gasto das famílias é justamente com a alimentação³⁰. Isso mostra que o programa tem alcançado com sucesso o objetivo de reduzir a pobreza.

Acreditamos que reverter a pobreza no Brasil é um trabalho árduo e a longo prazo que depende de uma junção de medidas, como por exemplo iniciativa governamental para desenvolver programas sociais, principalmente nas áreas de educação e saúde, além do fator importante que é o crescimento econômico. O PBF tem um rico mapeamento das regiões brasileiras onde se localizam as maiores demandas.

³⁰ Eduardo Rios, pesquisador do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), na Conferência Internacional de Pobreza para avaliar os impactos do Bolsa Família, julho/2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo IAMAMOTO (2006), o assistente social tem sido historicamente um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente de políticas públicas.

O acesso às políticas sociais é um instrumento de trabalho do Serviço Social. NETTO (1992) diz que o assistente social é *um executor terminal de políticas sociais*.

As políticas sociais são importantes armas para o combate à pobreza; não dá para imaginar nossa sociedade atual sem esse amparo, seria como voltar à estaca zero.

Para o assistente social atuar é preciso o aperfeiçoamento teórico-metodológico e a classificação técnica e este é um grande desafio. O Serviço Social precisa conquistar seu espaço no poder público e para atingir este propósito é necessário que o profissional esteja realmente engajado em propostas que contemplem a necessidade da demanda que lhe é destinada.

Ao que se refere à realidade devida dos munícipes do PBF, percebemos que enquanto sujeitos de suas histórias de vida eles tem o conhecimento do direito de estarem inseridos em um programa de transferência de renda e por isso não se sentem humilhados por recebê-lo.

Compreendemos que são vários os motivos que estão relacionados à possibilidade de empregabilidade, que quanto menos o sujeito tiver a oferecer ao mercado de trabalho, no caso da desqualificação profissional, menos oportunidade terão para uma possível inserção no mercado de trabalho.

Foi constatado que com o recebimento do PBF realmente houve melhorias em vários setores, principalmente na alimentação, muitos dos munícipes entrevistados relatam que puderam modificar o consumo de alimentos.

Em relação à frequência escolar das crianças foi comprovado que freqüentam a escola, independente, do recebimento do benefício, pois os pais tem a responsabilidade de mantê-los estudando, pois reconhecem que muitas

das dificuldades encontradas por eles atualmente, estão ligadas à falta de grau de instrução maior.

Os programas brasileiros de transferência direta de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade à níveis toleráveis serão possíveis dentro de um tempo razoável. O que se espera de um programa de transferência de renda é que ele seja um meio de reduzir a pobreza.

ANEXOS

FORMULÁRIO

Tipo de pesquisa: Quantitativa

Público Alvo: Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família na EMEI Janete Clair.

Formulário - perguntas dissertativas

Nome do pesquisador (a) /entrevistador (a):

Nome do pesquisado (a) /entrevistado (a):

Quantas pessoas residem na casa:

Identificação do domicílio:

Rua:

Bairro:

CEP:

Telefone:

FORMULÁRIO

1 – Pai estudou até que série? _____ Mãe estudou até que série? _____

2 - Está trabalhando? Atualmente qual é o seu emprego?

3 - Carteira assinada: ()Sim ()Não?

4 - Caso esteja desempregado, há quanto tempo? Faz algum bico?

5 - A casa onde mora é: ()própria ()alugada ()cedida () terreno da prefeitura

6 - Número de filhos menores de 15 anos:_____ Maiores de 15 anos: _____

7 - Outras pessoas que moram na mesma casa: _____

8 - Para você, trabalhar é indispensável?

9 - Você tem a impressão de ter vencido na vida?

10 - Você poderia aceitar a idéia de nunca mais trabalhar?

11 - Como você vê o seu futuro?

12 - Se você não encontrasse um trabalho, ficaria com a impressão de que faltava alguma coisa em sua vida?

13 - Apesar de você estar recebendo o benefício do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, tem conhecimento de como ele funciona?

- 14 - Onde e como foi feito o seu cadastro?
- 15 - Qual o tempo de espera da realização do cadastro até o recebimento do benefício?
- 16 - Tem conhecimento dos compromissos relacionado ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família?
- 17 - O fato de receber um auxílio financeiro o incomoda? É algo que te deixa humilhado?
- 18 - Existe um programa paralelo, “uma troca” para receber o benefício? Um curso, por exemplo?
- 19 - Você tem conhecimento de alguma família que recebe o benefício e não tem necessidade? Através do que você consegue identificar?
- 20 - Além do benefício Bolsa Família recebe algum outro?
- 21 - Espera que este benefício seja um meio de saída para uma situação financeira difícil?
- 22 - Em relação aos estudos do(s) seu(s) filho(s), houve alguma mudança sobre a frequência na escola?
- 23 – Sobre o aproveitamento em sala de aula, houve alguma melhora nas notas?
- 24 – Antes de receber o benefício, com que frequência você ia à feira?
- 25 – Atualmente, com que frequência você vai à feira?
- 26 - Houve mudanças na compra de alimentos?
- 27 - Se ocorreu poderia fazer uma avaliação sobre isso?
- 28 – Em que setor o benefício proporcionou mais melhoria na vida da família:
() alimentação () vestuário () saúde () higiene () material escolar

BIBLIOGRAFIA

FILHO, José Moura Gonçalves. ***Humilhação Social - Artigo n.2***. São Paulo, USP, 1998.

HOBBSAWM, E.J. ***A Era dos extremos***. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. ***História da Riqueza do Homem***. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. ***O serviço social na contemporaneidade***. São Paulo, Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. ***Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica***. São Paulo, Cortez.

MARTINELLI, Maria Lúcia. ***Serviço Social: identidade e alienação***. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. ***Capitalismo Monopolista e Serviço Social***. São Paulo, Cortez, 1992.

PAUGAM, Serge – ***Desqualificação Social*** - São Paulo, Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara. ***Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais***. São Paulo, Cortez, 2002

POCHMANN, Márcio. ***Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade***. São Paulo, Cortez, 2006.

POCHMANN, Márcio. ***São Paulo: realidade e perspectivas – efeitos do liberalismo tucano no estado***. Anita Garibaldi, 2006.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. ***Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresa***. Belo Horizonte-MG, 1999.

SPOSATI, Adailza - **"Exclusão social abaixo da linha do Equador"**, in Veras, M.P.B. (ed.e org.) Por uma sociologia da exclusão social - O debate com Serge Paugam. Educ.SP, 1999, p. 126-138.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**, in Veras, SP, 1999, p. 126-138.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília, 1997: SAS-MPAS/Fundap.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo, 1991, Cortez.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania**. São Paulo, Cortez, 1997.

SPOSATI, Adailza de Oliveira; Bonetti, Dilsea Adeodata; Yasbek, Maria Carmelita; Falcão, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na trajetória da políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo; Cortez; 1992.

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO. **Diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos da Universidade de Santo Amaro**. São Paulo, 2003.

VICENTINO, **Cláudio**. **História Geral**. São Paulo, Scipione, 1997.

YASBEK, Maria Carmelita - **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 1993.

YASBEK, Maria Carmelita; BELFIORI, Mariângela Wanderley; BOGUS, Lucia. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUC, 2000.